

Demonstração dos Fluxos de Caixa nas
Entidades do Setor Público: Estudo de Caso no
IFG – Instituto federal de Goiás
Reigiany Marta da Silva

10/2018

Reigiany Marta da Silva. Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Entidades do Setor
Público: Estudo de Caso no IFG – Instituto Federal de Goiás

Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Entidades do Setor Público: Estudo de Caso no IFG – Instituto Federal de Goiás

Reigiany Marta da Silva

10/2018



**Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Entidades do Setor Público:
Estudo de Caso no IFG – Instituto Federal de Goiás**

Reigiany Marta da Silva

**Dissertação de Mestrado
Mestrado em Contabilidade e Finanças**

Porto – 2018

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO



**Demonstração dos Fluxos de Caixa nas Entidades do Setor Público: estudo
de caso no IFG – Instituto Federal de Goiás**

Reigiany Marta da Silva

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a
obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação
do Professor Doutor Mário Queirós e Mestra Ione dos Santos Velame.**

Porto – 2018

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Resumo

Considerando as recentes alterações pelas quais a contabilidade pública brasileira vem passando, o estudo em questão foi realizado no intuito de contribuir com as pesquisas na área da contabilidade do setor público, especificamente, para instituições públicas de educação.

O foco da investigação foi demonstrar como a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) auxilia na gestão, no planejamento, na transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás, o que nos possibilitou conhecer como é elaborada e qual a importância da DFC no IFG. Entende-se que a DFC é um meio de divulgação das informações financeiras do governo que auxilia os gestores analisar e melhor avaliar as decisões tomadas no passado e planejar as decisões futuras. Ela apresenta aos usuários as fontes e destinações dos recursos utilizados pelo governo e os saldos resultantes, de acordo com as atividades da entidade.

Foi utilizado o método de estudo de caso único, que nos possibilitou explorar e analisar os dados através de levantamento bibliográfico, análise de documentos e observação participativa. Abordaram-se as principais normas vigentes referentes à aplicação da contabilidade no setor público, detalhadamente sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Apresentaram-se algumas pesquisas recentes sobre o tema tanto em nível nacional quanto internacional.

Através de uma análise simples nos demonstrativos disponibilizados no website institucional, entendeu-se que a DFC é importantíssima, entretanto, ainda carece de mais informações e divulgação quanto à sua utilidade. Constatou-se que os dados contidos nesta demonstração, em conjunto com as outras demonstrações contábeis, trarão aos gestores dessa entidade a transparência na utilização dos recursos, permitirão análises mais complexas dos fluxos de caixa de determinado período, bem como, contribuirão para a elaboração das previsões orçamentárias e decisões administrativas futuras.

Palavras-chave: Contabilidade no Setor Público, Fluxos de caixa, DFC, Instituto Federal de Goiás.

Abstract

Considering the recent changes in Brazilian public accounting, this study was carried out in order to contribute to research in the area of public sector accounting, specifically, for public education institutions.

The focus of the research was to demonstrate how the Cash Flow Statement (CFS) assists in the management, planning, transparency and accountability of the Federal Institute of Goiás, which enabled us to know how it is elaborated and how important the CFS is in IFG. It is understood that the CFS is a means of disclosure of government financial information that assists managers to analyze and better evaluate the decisions made in the past and plan future decisions. It provides users with the sources and allocations of the resources used by the government and the resulting balances, according to the activities of the entity.

The method used was the single case study, which allowed us to explore and analyze the data through bibliographic survey, analysis of documents and participatory observation. The main current regulations regarding the application of accounting in the public sector, in detail on the Cash Flow Statement, were discussed. Recent research on the subject has been presented at both the national and international levels.

Through a simple analysis in the statements made available on the institutional website, it was understood that the CFS is very important, however, it still needs more information and disclosure as to its usefulness. It was found that the data contained in the CFS, together with the other financial statements, will bring to the managers of this entity the transparency in the use of resources, will allow for more complex analyzes of the cash flows of a given period, as well as they will contribute to the budget forecasts and future administrative decisions.

Keywords: Accounting in the Public Sector, Cash Flows, CFS, Federal Institute of Goiás.

Dedicatória

A Deus, Fonte do saber e Luz da minha vida.

A todos que, direta e indiretamente, contribuíram para que este trabalho se concluísse.

Agradecimentos

Ao Ser Supremo, que me permitiu mais esta experiência.

Aos familiares, que são meu porto seguro.

Aos colegas e toda equipe do IFG, pelo incentivo e apoio.

Aos orientadores, pela motivação no desenvolvimento do trabalho.

À equipe do ISCAP, pelo conhecimento adquirido.

A todos que me acompanharam nesta desafiante caminhada, o que me proporcionou preciosa vivência pessoal, profissional e intelectual.

Minha sincera gratidão.

Namastê!

Lista de Abreviaturas e Siglas

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

CGP – Caixa Gerado pelas Operações

CPC – Comité de Pronunciamentos Contábeis

DC's – Demonstrações Contábeis

DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DO – Despesas Operacionais

EPSAS – Harmonising European Public Sector Accounting Standards

FASB – Federation International Accounting Standard Board

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAAP – Generally Accepted Accounting Principles

GLCT – Geração Líquida de Caixa Total

IAD – Indicador da Amortização de Dívida

IAO – Indicador da Atividade Operacional

IASB – International Accounting Standard Board

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – International Federation of Accountants

IFRS – International Financial Reporting Standards

IPC – Instrumento de Procedimentos Contábeis

IPSAS – International Public Sector Accounting Standard

IPSASB – International Public Sector Accounting Standard Board

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

NBCTSP – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público

NPM – New Public Management

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

PL – Patrimônio Líquido

PT – Passivo Total

PwC – PricewaterhouseCoopers

RCO – Representatividade do Caixa Operacional

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SICONFI – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais

SIMAFAL – Sistema Integrado de Gestão Financeira para a América Latina e o Caribe

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

UE – União Europeia

Índice Geral

Introdução.....	1
Contextualização do problema de pesquisa	2
Objetivos.....	3
Objetivo geral	3
Objetivos específicos	3
Justificativa e pressuposto	3
Delimitação da pesquisa	4
Estrutura da dissertação	5
Capítulo 1 Fundamentação teórica.....	7
1.1 A contabilidade pública brasileira e a implantação das normas internacionais.....	8
1.1.1 Visão geral da contabilidade do setor público	8
1.1.2 Das IPSAS ao processo de convergência das normas brasileiras	11
1.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).....	18
1.2.1 Antecedentes às NBCASP	18
1.2.2 Inovações da NBCASP	18
1.3 NBCT SP 16.1 a 16.11.....	19
1.3.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)	22
1.3.2 Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP).....	25
1.4 Breve histórico sobre a DFC.....	27
1.4.1 Pesquisas internacionais relacionadas com o tema DFC	29
1.5 Síntese do Capítulo 1	31
Capítulo 2 A Demonstração dos Fluxos de Caixa no Setor Público	32
2.1 A obrigatoriedade da DFC no setor público	33
2.2 Principais conceitos relacionados a DFC.....	35
2.2.1 Sobre o regime de caixa e o de competência	36
2.3 Modelo da DFC sugerido pelo MCASP	37
2.4 Estruturação e elaboração da DFC.....	38
2.5 Divulgação e publicação da DFC	44
2.6 Análises das informações geradas pela DFC	45

2.7 Síntese do Capítulo 2	48
Capítulo 3 Estudo empírico.....	49
3.1 Metodologia	50
3.2 Questões de investigação	51
3.3 Enquadramento metodológico	52
3.4 Caracterização da amostra	54
3.5 Recolha de dados	55
3.6 Análise e apresentação dos resultados	57
3.6.1 Observações realizadas nos Relatórios de Gestão e de Auditoria.....	57
3.6.2 Análises das DFC's 2015, 2016 e 2017	61
3.7 Discussão e respostas às questões investigadas	65
Conclusão	70
Referências bibliográficas	74
Anexos.....	81
Apêndices	109

Lista de quadros

Quadro 1. Objetivos geral e específicos da pesquisa	52
Quadro 2. Atividades Operacionais	62
Quadro 3. Atividades de Investimentos	62
Quadro 4. Fluxos de Caixa - 2015	63
Quadro 5. Fluxos de Caixa - 2016	63
Quadro 6. Fluxos de Caixa - 2017	64
Quadro 7. Apuração dos Fluxos de Caixa.....	64
Quadro 8. Receitas de Serviços.....	65

Lista de figuras

Figura 1. PCASP	26
Figura 2. DFC	34
Figura 3. Estrutura da DFC – IPC08	39
Figura 4. Receitas Derivadas e Originárias.	40
Figura 5. Transferências Recebidas e Concedidas	40
Figura 6. Desembolsos de Pessoal.....	41
Figura 7. Juros e Encargos da Dívida.....	42
Figura 8. Modelo da DFC.....	43

Lista de Esquemas

Esquema 1. Metodologia da Pesquisa	54
---	-----------

Introdução

Contextualização do problema de pesquisa

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) editou o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), com abrangência nacional, os quais permitem e regulamentam o registro da aprovação e execução do orçamento, resgatam o objeto da contabilidade – o patrimônio, e buscam a convergência para padrões internacionais, tendo sempre em vista a legislação nacional vigente e os princípios da ciência contábil.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público (NBCTSP) em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – International Public Sector Accounting Standards (IPSAS).

Tais normativos e instruções vêm objetivando a obtenção de dados que atendam às exigências quanto à elaboração e publicação das demonstrações contábeis, além de oferecerem informações na prestação de contas aos variados usuários da contabilidade, de forma compreensível.

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP) são compostas de acordo com a Lei 4.320 e anexos, com a NBCT 16.6, e a Lei Complementar 101. Dentre elas, uma das mais recentemente exigidas é a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que será objeto deste estudo, especificamente.

De acordo com os normativos acima citados, a DFC identificará: i) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; ii) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações; e iii) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis. Essa demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Nesse sentido pretende-se compreender essas mudanças, especialmente em relação à importância do relatório DFC para o setor público. Além disso, tentar-se-á identificar os principais impactos observados desde a exigência da produção e publicação da referida demonstração contábil.

A questão-problema que se pretende responder é: Quais os impactos da Demonstração dos Fluxos de Caixa em uma entidade do setor público, neste caso, no Instituto Federal de Goiás?

Objetivos

Objetivo geral

O estudo em questão tem por objetivo demonstrar como a DFC auxilia na gestão, planejamento, transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás – referentes ao período de 2015 a 2017. Desde a adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público busca-se perceber como está sendo preparado e utilizado um dos instrumentos mais recomendado para avaliar e mensurar a capacidade de geração de caixa em relação a um determinado período.

Objetivos específicos

Os resultados observados buscaram atender aos seguintes objetivos secundários:

1. Identificar se a Instituição tem atendido aos princípios das NBCT's;
2. Perceber quais os impactos da obrigatoriedade da apresentação desse demonstrativo – DFC, na prestação de contas da entidade – Instituto Federal de Goiás;
3. Analisar as informações geradas pelas DFC's quanto ao desempenho dos fluxos de caixa de acordo com os normativos estudados no referencial teórico;
4. Demonstrar a importância da percepção dos gestores quanto ao uso da DFC na tomada de decisão;
5. Relatar, por meio dos documentos pesquisados, alguma recomendação e/ou orientação, caso houver, sobre a DFC no período indicado acima.

Justificativa e pressuposto

Dada a escassez de esforços de pesquisa consistentes sobre o tema na literatura da contabilidade pública brasileira, a presente investigação procura trazer as reformas atuais no tocante à transição das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, mediante o

estudo da bibliografia pertinente ao tema. O trabalho também contribui para o crescente corpo da pesquisa contábil do setor público, apresentando principalmente um estudo de caso sobre a importância da DFC em uma entidade pública brasileira, neste caso no Instituto Federal de Goiás (IFG).

Ressalta-se ainda que

estudos nesta linha de pesquisas propiciam o avanço do conhecimento na contabilidade pública, bem como contribuem com a compreensão das demonstrações contábeis do setor público, o que possibilita evidenciar os resultados e torna a contabilidade coadjuvante da transparência dos atos e fatos da administração pública brasileira (Zuzeliski, Dallastra, & Warkem, 2017, p. 99).

Nesse intuito, o presente estudo é motivado principalmente pela importância que o relatório financeiro (DFC) assegura a favor da responsabilização, aprimorando a transparência nos atos governamentais e possibilitando o planejamento e tomada de decisão dos gestores públicos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, por se tratar de uma ferramenta importante e obrigatória para as empresas privadas, despertou o interesse em compreender e analisar a sua obrigatoriedade, recente, para as instituições do setor público. Por meio deste estudo, pretende-se demonstrar que além de ser um relatório informativo, a DFC é de grande utilidade para as decisões dos gestores e usuários das informações por ela geradas. E ainda é preciso considerar a necessidade de se acompanhar o devido cumprimento das normas pelas instituições e pelos profissionais envolvidos na elaboração e divulgação das informações relativas ao demonstrativo dos fluxos de caixa das entidades do setor público.

Delimitação da pesquisa

A unidade-caso onde se realizou o estudo foi o Instituto Federal de Goiás. Foram analisados somente os dados disponibilizados e publicados pela Instituição em seu website. A escolha dessa instituição de ensino deveu-se ao fato da acessibilidade permitir obter informações suficientes para o desenvolvimento da pesquisa. O interesse em elaborar uma pesquisa sobre DFC em instituição de ensino foi despertado por ainda não haver estudos de caso do assunto nesse tipo de entidade pública no Brasil.

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades

federais. Trata-se de uma instituição que atende desde a educação básica e profissional, pluricurricular e multicampi, até a educação superior e pós-graduação, especialista na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tem por objetivo formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFG, 2017).

Estrutura da dissertação

Além desta introdução, esta dissertação está constituída por três capítulos. O primeiro apresenta uma abordagem teórica em que se contextualizam os conceitos relacionados à contabilidade do setor público brasileiro e, embasando-se nas normas vigentes, relata algumas pesquisas relacionadas à temática tanto em nível nacional quanto internacional.

O segundo capítulo traz um aprofundamento das particularidades descritas e investigadas sobre a DFC no contexto geral, desde a primeira vez em que foi mencionado o termo no mundo corporativo até quando foi exigida a sua implantação e elaboração no setor público. Essa parte abarca as principais pesquisas sobre a temática até os dias atuais.

No terceiro capítulo, descreve-se a pesquisa, de fato, com base na metodologia proposta, relatando como, quando e o que resultou da investigação pretendida. Quanto à abordagem do problema, foi de cunho qualitativo, o que propiciou um estudo profundo e exaustivo do objeto de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do caso em questão.

Quanto à abordagem dos objetivos, enquadrou-se como pesquisa exploratória e descritiva, a qual possibilitou explorar e aprofundar o conhecimento sobre o tema. Essa abordagem permitiu tornar as questões, antes formuladas superficialmente, mais claras e precisas, além de esclarecer melhor os conceitos e as informações sobre a pesquisa.

Em termos procedimentais, por se tratar de uma pesquisa de estudo de caso, procedeu-se à pesquisa bibliográfica, a análises documentais e à observação participativa, respectivamente, por meio da revisão das diversas bibliografias, como os livros, leis e investigações sobre o tema. Os documentos analisados foram compostos pelos relatórios, arquivos e website institucional. Foram realizadas observações conforme a experiência

profissional da pesquisadora, em reuniões do setor administrativo e constatações percebidas em visitas e conversas informais com servidores e gestores envolvidos no gerenciamento da Instituição. Entretanto, a pesquisa e as análises de documentos institucionais representaram o principal método de coleta de dados para este estudo. Também são discutidos os pontos relevantes que contribuíram para o alcance dos objetivos do trabalho.

E, finalmente, são apresentadas as conclusões finais, limitações e sugestões para futuras pesquisas.

Capítulo 1 Fundamentação teórica

O estudo da contabilidade aplicada ao setor público aqui apresentado visa, de forma holística, as teorias de alguns estudiosos – como Domingos Poubel, Filho, Lima e Diniz, Caiado e Gil, e outros –, além de temas ligados a planejamento, evidenciação, transparência, controle, responsabilização e instrumentalização do controle social, como forma de facilitar a prestação de contas dos responsáveis pela gestão de bens e valores cuja utilização tem como objetivo principal a prestação de serviços públicos ao cidadão.

Quando da adoção das normas do International Public Sector Accounting Standard (IPSAS), são abordadas pesquisas tanto no cenário internacional quanto no processo da convergência das normas brasileiras com o padrão internacional de contabilidade.

Nas informações apresentadas a seguir, são tratados teoricamente os conceitos relacionados à contabilidade do setor público brasileiro, fundamentando o trabalho a ser desenvolvido.

1.1 A contabilidade pública brasileira e a implantação das normas internacionais

1.1.1 Visão geral da contabilidade do setor público

A contabilidade no setor público, desde o surgimento até a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, teria ficado um tanto deficiente em relação aos princípios norteadores da ciência contábil. Domingos Poubel, em uma de suas obras – *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público*, demonstra como a contabilidade pública está intimamente integrada com a Auditoria, Orçamento e Controle Interno. E ainda, várias adaptações e alterações normativas têm ocorrido no sentido de aproximar as técnicas aplicadas à contabilidade do setor privado e as aplicadas ao setor público. Isso porque, no final das contas, tanto na esfera privada quanto na pública, a ciência da contabilidade tem o mesmo fundamento, como elucida o próprio Castro (2015, p. 105): “Na prática, a contabilidade caracteriza-se por um conjunto de procedimentos ordenados e concretos aplicáveis na busca do objetivo específico que é a informação”.

Em uma abordagem semelhante, Filho (2015, p. 2) apresenta como objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, “o fornecimento de informações apoiadas nos resultados obtidos com a movimentação e as alterações ocorridas no Patrimônio da entidade pública em determinado período, de forma a contribuir adequadamente com as futuras tomadas de decisões.”

De acordo com o mesmo autor, a fundamentação legal para a contabilidade pública brasileira está entre os artigos 83 e 106 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Esses artigos tratam, respectivamente, dos entes responsáveis pela organização e execução dos serviços da contabilidade, pela escrituração e evidenciação dos registros orçamentário, financeiro, patrimonial e industrial em que a Administração Pública faz parte.

Em sequência, os citados artigos tratam da contabilidade orçamentária e financeira, enfatizando que todas as operações, sejam créditos ou débitos, devam ser registradas e controladas contabilmente; da contabilidade patrimonial. Devem-se manter discriminadamente todos os registros dos bens móveis e imóveis de cada unidade da administração pública, devidamente atualizadas com os ajustes e as variações pertinentes.

Por fim, esses artigos tratam dos balanços, ou seja, explicitam detalhadamente sobre os demonstrativos que compõem as informações para prestação das contas públicas.

As informações geradas no campo da contabilidade pública até há pouco tempo eram focadas apenas no Orçamento, mas houve e há a necessidade de enfoque no Patrimônio, daí as constantes adequações que o setor público vem sofrendo. A exemplo disso, Filho (2015, pp. 3-4) faz uma importante observação: “A doutrina contábil, que por diversos autores acabaram por consagrar com base em uma interpretação equivocada do artigo 35 da Lei nº 4.320/1964, observa (...) aplica-se o princípio da competência em sua integralidade”. Ou seja, tanto no reconhecimento da receita quanto da despesa, os registros são feitos sob o enfoque no patrimônio.

Entretanto, a ótica implementada pela Lei nº 4.320/1964 não é suficiente para a correta mensuração, avaliação e registro dos fatos contábeis do setor público. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assim como qualquer outro ramo da ciência contábil, obedece aos princípios de contabilidade. Dessa forma, aplica-se o regime da competência em sua integralidade, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem, independentemente de recebimento ou pagamento. Nessa lógica, também não há exigência de que as despesas orçamentárias sejam empenhadas ou que as receitas orçamentárias sejam efetivamente arrecadadas para que haja o devido reconhecimento sob o ponto de vista patrimonial. Destarte, apesar do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 referir-se ao regime orçamentário, ressalte-se que o regime contábil (patrimonial) deve ser aplicado ao setor público em sua integralidade para reconhecimento de fatos contábeis. No estudo e acompanhamento de seu objeto – o patrimônio público –, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964. (Mcasp, 2017, p. 104).

No que diz respeito à transparência na prestação de contas, a Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), possui grande afinidade com a Contabilidade Pública, conforme afirmaram Goularte, Diaz, Behr, e Ramos (2015). Isso em razão de normatizar e evidenciar a responsabilidade da gestão pública pelas informações contábeis produzidas referentes ao patrimônio público e pela transparência na prestação de contas da coisa pública.

Na Lei Complementar nº 101, de maio de 2000, merecem destaques os artigos 50 e 51, que versam sobre a escrituração e consolidação das contas pelo órgão central de contabilidade da União, bem como a manutenção de sistema de custos dos serviços públicos. Ela ainda prevê os prazos para os entes federados enviarem as informações referentes às transferências recebidas pelo Poder Executivo Federal.

De acordo com Ravello, Marcuzzo e Frey (2015), a Lei 4.320/1964 estabeleceu regras para elaborar e controlar os orçamentos e balanços. Já a LRF buscou estabelecer regras para o alcance de uma gestão fiscal que demonstrasse o equilíbrio das contas, a transparência nas ações governamentais e a preservação do patrimônio público.

A Lei de Responsabilidade Fiscal procurou estabelecer um conjunto de princípios e normas cujo objetivo é implantar e consolidar uma nova cultura na administração pública nacional. Cultura essa que é alicerçada em valores já consagrados universalmente, tais como o planejamento, o equilíbrio orçamentário, a transparência e a responsabilidade dos gestores, por suas condutas e ações praticadas no exercício dos seus mandatos ou funções.

E com Lino Martins enfatiza em suas palestras, a contabilidade apenas trará seu enfoque que antes era orçamentário para o patrimonial, respeitando a legislação nacional, os princípios contábeis. Assim contribui para o processo de convergência às normas internacionais.

A evolução da contabilidade pública brasileira tem acontecido a partir da edição da norma 4.320 de 1964, tida como a base inicial para a padronização dos procedimentos contábeis do governo.

“A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi criada como estrutura vinculada ao Ministério da Fazenda, principal responsável e interessado em obter informações para poder gerenciar as finanças governamentais” (Castro, 2015, p. 159). Sua criação representou um

fundamental desafio de colocar as finanças públicas em ordem através da manutenção da conta única da União com vistas à unificação do orçamento federal.

Outro avanço importante ocorreu com edição da LRF em 2000, instituindo limites para a dívida pública dos entes federativos e União, exigências de garantias, para as operações de créditos, para os restos a pagar e para as despesas com pessoal. Com isso, buscou-se proporcionar controle nos gastos e equilíbrios das finanças públicas e propiciar transparência nas prestações das contas aos usuários dos serviços públicos.

Em seguida, o Ministério da Fazenda publicou a norma da convergência, outro marco para a contabilidade pública. Para Zuzeliski, Dallastra e Warken (2017), a edição da Portaria 184/2008 disponibilizou orientações para a convergência das práticas contábeis vigentes no setor público com as normas internacionais de contabilidade. Tais normas consideraram as transformações verificadas nos últimos anos no cenário econômico mundial, representadas notadamente pelo acelerado processo de globalização. O intuito foi o fortalecimento e a credibilidade da informação, entendimento e comparabilidade dos relatórios disponibilizados pelos entes das três esferas do governo.

Na prática, o processo de convergência se deu com a tradução das IPSAS mediante o trabalho conjunto entre o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e a cooperação técnica da STN.

Zuzeliski, Dallastra e Warken (2017) concluíram que as inovações inseridas pelas normas internacionais através da padronização geram informações possíveis de serem interpretadas pelos mais diversos profissionais, de diferentes países, criando uma consonância com as práticas da contabilidade do setor público tanto nacional quanto internacionalmente. Além da unificação das demonstrações contábeis produzidas, propiciam a maximização da confiança e qualidade informacional, por meio da transparência na prestação de contas dos recursos arrecadados e aplicados, evidenciando os resultados gerenciados pelos entes públicos.

1.1.2 Das IPSAS ao processo de convergência das normas brasileiras

A harmonização e modernização do sistema de contabilidade no setor público estão presentes tanto em nível nacional como internacional. Os principais objetivos das IPSAS

(Normas Internacionais sobre Contabilidade Pública) destinam-se a dar apoio ao processo de harmonização contábil, ao aumento da comparabilidade, mas também à melhoria da transparência da divulgação pública de informações.

O International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB) foi designado pela Federação Internacional de Contabilidade (IFAC) como órgão responsável pelo desenvolvimento das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. Seu objetivo é desenvolver normas contábeis de alta qualidade para uso na preparação de demonstrações contábeis para fins gerais por entidades do setor público. (IFAC, 2010).

O processo de adoção das IPSAS encontra muitas barreiras ou críticas à proximidade com os padrões do setor privado. Essa proximidade tem gerado nos países que tentam manter seu controle e soberania, os custos e treinamento que essa adoção implicaria, bem como as questões de governança do IPSASB, resistências quanto à convergência.

De acordo com Lima (2017), as IPSAS têm sido adotadas por vários países, e as várias experiências internacionais têm estimulado o Brasil à condução do processo de convergência aos padrões das normas internacionais de contabilidade governamental. Corroborando essa ideia, o Subsecretário de Contabilidade Pública – Ministério das Finanças do Brasil, em depoimento à Pricewaterhouse Coopers (PwC), declarou que “com a adoção das normas contábeis pelo regime de competência com base nas IPSAS, o país poderá elaborar projeções mais confiáveis de seus fluxos de caixa, bem como fazer avaliações e estabelecer comparações com outros países”.

Para Mellemvick e Adhikari (2010), os países do sul da Ásia preveem a adoção das normas IPSAS pelo regime de caixa como um caminho para implementar o sistema de contabilidade por competência. As instituições financeiras internacionais aparentemente criaram, na região, o mito de que a contabilidade de competência não pode ser introduzida sem primeiro cumprir as bases de caixa das normas IPSAS. No entanto, os esforços dos países são, em grande medida, orientados para a adaptação, em vez de adotar as IPSAS em todos os aspectos relevantes. Na contramão dessas evidências, Christiaens, Reyniers e Rolle's (2010) mostraram que a maioria dos governos europeus adota a contabilidade de competência da IPSAS como necessidade para a transparência e eficiência no setor público. Mas ainda existem países que resistem à adoção das IPSAS devido a forte predominância das normas internacionais da contabilidade comercial neles predominarem.

Brusca, Montesinos e Chow (2013) concluíram que o crescimento da adoção das IPSAS em nível global se concentrou nos países anglo-saxões. Entre os diversos fatores, destacaram a necessidade política de demonstrar melhorias na responsabilidade do setor público espanhol, resultante das pressões da União Europeia (UE) para a harmonização da contabilidade do setor empresarial. Gomes, Fernandes e Carvalho (2015) complementam esse entendimento, destacando motivos como o contexto das crises financeiras e as grandes pressões externas para reduzir os déficits públicos e melhorar a qualidade da informação financeira, aparentemente as principais causas para estimular mudanças na contabilidade pública.

Com o objetivo de alcançar a legitimação internacional da Rússia como um estado moderno, mas contrariando a tradição contábil do setor público russo, Antipova e Bourmistrov (2013) analisaram as reformas contábeis de competência na Federação Russa, relacionando a aprovação da contabilidade por competência e os desafios na prática contábil. As reformas contábeis no setor público podem levar grande tempo e esforço e muitas vezes não trazem os efeitos necessários. O tradicionalismo dificulta a modernização. Os autores sugerem mais pesquisas pelo fato de ainda existirem questões como de muitos países em desenvolvimento se basearem nas tradições anglo-americanas; de ainda não existirem resultados após as novas reformas contábeis; e de que até o momento não houve mudanças na forma como a contabilidade pública é regulamentada nas organizações do setor público russo.

Adhikari e Gårseth-Nesbakk (2016) ouviram o depoimento dos diversos envolvidos na implementação do regime do acréscimo no setor público nos variados estados-membros da OCDE, além de enumerar os desafios que estão enfrentando neste processo. Destacaram como são amplas e diferentes as opiniões acerca das reformas da contabilidade de competência, e também as pressões normativas exercidas pelas organizações como a OCDE, a Comissão Europeia, a IPSASB e o FMI. Entretanto, os autores apontam que fatores como cultura, política, desempenho econômico e o regime de governo de um país determinam a aceitabilidade para harmonização e adoção do regime de acréscimo da contabilidade do setor público.

Em contrapartida ao estudo acima, Benito, Brusca e Montesinos (2007) apontam em sua pesquisa que a maioria dos países desenvolvidos adotaram a contabilidade por competência como forma de melhorar a prestação de contas, a confiabilidade e a transparência dos relatórios financeiros do governo. Um exemplo é o dos países-membros da

União Europeia, que necessitam de informações comparáveis e verdadeiras, facilitando adoção das IPSAS e aproximação dos padrões internacionais. Numa pesquisa de Schumesch (2015), o autor ratifica esse entendimento, relatando as respostas de 140 países sobre a transição do regime de competência através da adoção das IPSAS, além de preverem o futuro da contabilidade governamental na área das finanças e avaliarem o desempenho dos governos envolvidos nesta investigação.

Desta forma, os países percebem que necessitam estreitar as diferenças existentes na contabilidade do setor público. Diante disso, sentem-se pressionados por organizações internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a aderirem às normas internacionais para harmonização dos sistemas da contabilidade governamental.

Biondi (2017) analisa o alinhamento entre as normas contábeis do setor privado e público europeu através do projeto EPSAS – *Harmonising European Public Sector Accounting Standards*, iniciado pela Comissão Europeia em 2013. Ou seja, esse projeto é um processo contínuo de harmonização contábil e tem o objetivo de implementar normas contábeis para o setor público similares ao padrão das normas internacionais de contabilidade do setor privado na Europa. Mesmo que as IPSAS não sejam totalmente implementadas pelos estados-membros europeus, ao menos servirão de referência para o desenvolvimento das EPSAS, conclui Schumesch (2015).

Na pesquisa de Brusca e Martínez (2015), os autores procuraram evidenciar as principais motivações encontradas por muitos países da União Europeia em busca da adoção de normas internacionais de contabilidade do setor público. Entretanto, os resultados encontrados pelos autores são a comparabilidade e a modernização, tidos como impactos positivos demonstrados pelos países participantes na investigação. Tanto que a Comissão Europeia desenvolveu seus próprios padrões, sendo o EPSAS uma versão europeia das IPSAS, sendo esse o caminho para a harmonização contábil nos países da União Europeia. Os resultados da pesquisa (Nagy, 2017) mostram que nenhum dos Estados membros da UE adotou completamente as IPSAS, sendo a implementação apenas recomendada e não obrigatória.

Para Brusca, Gómez-Villegas e Montesinos (2016), as reformas promovidas pela NPM – Nova Administração Pública beneficiaram as mudanças que têm ocorrido na contabilidade dos países latino-americanos, apresentando vários impactos na adoção das normas

internacionais de contabilidade do setor público. Os autores destacam os estímulos e obstáculos percebidos pelos países envolvidos na pesquisa, muitos dos quais estão iniciando o processo de adoção das normas motivados pelas experiências de países pioneiros na implementação das IPSAS. Todavia, ressaltam que existem também algumas barreiras que ameaçam a implementação das IPSAS: falta de pessoal treinado e conhecimento dos padrões; insuficiências administrativas e organizacionais; o predomínio de uma cultura baseada nas leis; dificuldades técnicas na interpretação exigidas pelas normas. Mas é predominante a avaliação de que a implementação das IPSAS no setor governamental é uma ferramenta necessária para a modernização, harmonização e comparabilidade dos relatórios financeiros dos governos latino-americanos.

Christiaens, Vanhee, Manes-Rossi, Aversano e Van Cauwenberge (2015) revelaram em suas pesquisas um significativo movimento de adesão à contabilidade de competência, de acordo com as orientações das IPSAS, pelos governos do mundo todo, exceto os países em que predomina a contabilidade de competência empresarial, já adotada anteriormente. Os autores evidenciaram que a transição para as IPSAS é um processo longo e demanda alto custo pela implantação, nos cofres públicos.

Harun, Eggleton, Peurysem e Locke (2016) descobriram em seus achados que os governos indonésios adotaram as IPSAS por motivos econômicos a partir da crise sofrida em 1980. Mas também houve o intuito de modernização da economia em comparação com os países desenvolvidos que já haviam adotado o modelo de contabilidade de competência.

Chan e Yunxiao (2008) chegaram à conclusão de que há diferentes sistemas de contabilidade – a exemplo disso, o governo americano – que implantaram as normas baseadas nos princípios contábeis geralmente aceitos (GAAP) e nas normas internacionais de contabilidade (IFRS). Entretanto, o governo chinês baseou-se na responsabilização administrativa, em especial na supervisão do Ministro das Finanças, responsável pelos padrões e normas de contabilidade governamental.

O governo de Malta, ao adotar completamente as IPSAS, padrões de contabilidade internacionalmente aceitos, desenvolveram a credibilidade como o fator mais importante nos relatórios financeiros, concluíram Jones e Caruana (2016).

Luthardt, Zimmermann, Bulla e Meier (2008), devido aos diferentes sistemas de contabilidade – os organismos: Federação Internacional de Normas Contábeis e Conselho Internacional de Normas Contábeis (IASB/IFRS) – têm se comprometido em buscar padrões contábeis de forma a atender aos mais diversos interesses regionais e profissionais.

Rossi, Cohen, Caperchione e Brusca (2016) evidenciaram em seus estudos que a harmonização contábil do setor público na Europa está em andamento, porém ainda se encontra resistência quanto à manutenção do sistema contábil local de alguns países. E isso tem motivado a apresentação de uma proposta para um caminho a seguir para os decisores políticos e os normalizadores, nos quais os benefícios da harmonização podem ser obtidos sem obrigar os países membros da UE a abandonar necessariamente seus sistemas contábeis atuais do setor público.

Oulasvirta (2014) aponta uma resistência geral a mudanças, defendendo que países desenvolvidos têm apresentado relutância quanto à adoção das normas IPSAS, por considerarem que já possuem um sistema contábil forte. Ou seja, as IPSAS podem não se tornar populares em países desenvolvidos que já utilizam diferentes marcos contábeis de competência no setor público. Assim, é provável que as IPSAS sejam adotadas voluntariamente pelas instituições de contabilidade de países em desenvolvimento que representem a cultura contábil anglo-americana.

Pérez e Hernández (2007) mencionam que vários países latino-americanos têm realizado reformas em seus sistemas contábeis governamentais, e contam com o apoio americano da Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional. Foi criado o Sistema Integrado de Gestão Financeira para a América Latina e o Caribe (SIMAFAL) com o objetivo de atingir maior transparência nos relatórios oferecidos na prestação das contas públicas. Pressionados pelo IFAC, os países latino-americanos têm buscado a adoção das normas internacionais aplicadas ao setor público. Entretanto, os autores observaram que as demonstrações contábeis dos países pesquisados ainda estão aquém do que é proposto pelas IPSAS. Mas esforços têm sido dispensados para que o objetivo seja atingido, como comparabilidade, confiabilidade e transparência dos relatórios financeiros dos países latino-americanos.

O desenvolvimento do Sistema de Contabilidade Pública da Colômbia, segundo Villegas e Julve (2012), é considerado uma importante inovação do governo

colombiano. Apesar de conter várias deficiências, o processo de convergência merece total apoio dos representantes públicos.

Percebe-se nitidamente que a harmonização das normas internacionais de contabilidade de alta qualidade para o setor governamental amplia a credibilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras dos órgãos do setor público e propicia a melhor comparabilidade entre os vários setores governamentais dos variados países do mundo (Schumesch, 2015).

Carvalho e Salotti (2010) preconizam, sobre o processo de convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos padrões internacionais, que a adoção de um padrão contábil único não é fácil de ser conseguido. Questões políticas e culturais e ordenamento jurídico predominante no país podem dificultar o processo de convergência.

Estrategicamente, as normas tratam sobre o papel da contabilidade como ciência social aplicada, promovem o desenvolvimento conceitual da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro, estimulam a convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público e buscam o fortalecimento institucional da contabilidade governamental. E,

conforme demonstra a literatura, a implantação das IPSAS no Brasil segue enfrentando desafios e contratempos, pois o início para a adoção já foi prorrogada várias vezes por diversos motivos, os quais se podem citar: dificuldade na capacitação dos profissionais e na aceitação de mudanças, adaptação à nova fase da Contabilidade no Brasil, com criação de novos instrumentos de informação e controle do Sistema Público e etc. (Diniz, Silva, Santos, & Martins, 2015, p. 278).

Para Diniz, Silva e Martins (2015), as IPSAS são pronunciamentos que visam a harmonizar as informações elaboradas através dos relatórios contábeis dos diversos países, de maneira a proporcionar o entendimento fidedigno da situação e resultados alcançados pelas entidades governamentais.

Nesse contexto, as normas brasileiras de contabilidade são implementadas naturalmente com o objetivo de atender às exigências do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, processo esse que vem sendo regulamentado pelo CFC e apoiado pela STN, pelo IBRACOM, entre outros.

1.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP)

1.2.1 Antecedentes às NBCASP

Para Castro (2015, p. 183), a contabilidade pública sofreu as seguintes quatro grandes mudanças que culminaram na edição das NBCT SP, que podem ser indicadas como: a primeira se deu com a criação do Código de Contabilidade Pública em 1922, que contribuiu para a sistematização e padronização dos procedimentos contábeis no setor público. A segunda foi com a edição da Lei nº 4.320 de 1964, lei esta que “acabou destacando a Contabilidade Pública como um ramo específico da Contabilidade geral, com foco orçamentário e financeiro e preservação do patrimônio como causa e efeito do orçamento”. A terceira aconteceu com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), em 1987, que informatizou, de maneira sistemática, as operações financeiras e orçamentárias do governo federal.

Por último, a quarta veio recentemente com a criação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, com o intuito de padronizar as técnicas contábeis, já utilizadas no meio empresarial, para o setor governamental. Essas normas trouxeram o foco para os controles e registros que afetam o patrimônio público, entretanto, conservando as particularidades inerentes de cada setor.

Desta forma, as reformas citadas acima têm contribuído com a contabilidade como fonte de informações fidedignas para a prestação de contas e tomada de decisões por parte dos gestores e usuários dos serviços públicos.

1.2.2 Inovações da NBCASP

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP T 16) foram aprovadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade n.º 1.128 a 1.137/2008 e 1.366/2011, e posteriormente pela Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, sendo as normas obrigatórias para os fatos ocorridos a partir de 2013 (MCASP, 2014).

Para Lino Martins da Silva, “com a aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), o Conselho Federal de Contabilidade iniciou uma verdadeira revolução na Contabilidade Governamental brasileira” (Silva, 2009, citado por Dias et al., 2013).

A Portaria STN nº 702/2014, publicada em 23 de dezembro de 2014, estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro.

O sistema, a partir de 2015, passará a recepcionar informações relativas às contas anuais dos entes da Federação necessárias à consolidação de contas, conforme disposto no art. 51 da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000.

Diante disso, torna-se necessária a conscientização do gestor e contador público quanto aos objetivos, metas e propósitos estratégicos no âmbito prescritivo do novo ordenamento contábil em emergência. (Melo, & Ayres, 2014).

1.3 NBCT SP 16.1 a 16.11

O CFC editou as normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público em consonância às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público – (*IPSAS*).

Com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a contabilidade governamental de todo e qualquer ente federativo deve estabelecer sistemas organizacionais e administrativos que apoiem as boas práticas de governança. Entende-se que, de acordo com Filho (2015), as normas têm resgatado a importância da evolução da contabilidade aplicado ao setor público e confirmado que o seu objeto de estudo é e sempre foi o patrimônio público.

Em consequência, um grupo de contadores públicos junto ao Conselho Federal de Contabilidade foi criado na intenção de elaborar as NBCT SP, de acordo com as normas internacionais – IPSAS (nomenclatura em inglês). Em 2008 foram publicadas as dez primeiras normas aplicadas ao setor público pelo CFC através do instrumento normativo Resolução CFC nº 1.111/2007, posteriormente alterada pela Resolução CFC nº 1.367/2011.

Mudanças significativas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público deram-se a partir da elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade, face às IPSAS 01 a 31, que serviram de base para edição e publicação das NBCASP (NBC T 16), a seguir resumidas:

Num. CFC	Resolução	Norma
-----------------	------------------	--------------

NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

De acordo com o CFC e o STN no curso de CASP (2015), NBC T 16.1, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da contabilidade considerado mais complexo, tendo em conta a aplicação dos princípios e normas contábeis no processo de geração das informações das mutações do patrimônio público. O campo de aplicação da CASP é considerado todo âmbito das entidades governamentais e outras instituições que gerenciem ou apliquem recursos públicos em suas atividades.

NBC T 16.2 - O **Patrimônio Público** “é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público”, ou seja, compõe o sistema do Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido (PL), representando, assim, as alterações patrimoniais.

NBC T 16.3 - O **Planejamento** sob o enfoque contábil tende a contribuir para a integração com a contabilidade, permitindo comparar suas metas programadas com as realizadas, e evidenciar as diferenças relevantes por meio de notas explicativas.

NBC T 16.4 - **Transações no Setor Público** são as mutações patrimoniais, sendo classificadas em quantitativas, que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido; e, em qualitativas, que não alteram o patrimônio líquido.

NBC T 16.5 - As **entidades do setor público** devem manter o sistema de registro contábil obedecendo à codificação do plano de contas em observância aos princípios e normas contábeis.

NBC Ts 16.6 e 16.7 - As **demonstrações contábeis** devem conter informações extraídas dos registros e documentos que compõem o sistema contábil, e ainda, identificar a entidade, o gestor responsável e o profissional contábil. Além disso, demonstram os valores referentes ao exercício anterior e agrupam a soma de saldo ou grupos de contas, que exclui transações entre entidades, para formar uma unidade contábil consolidada.

NBC T 16.8 - O **Controle Interno** tem como objetivo dar apoio para que os planos sejam alcançados pelas instituições.

NBC T 16.9 - Sobre a **depreciação, amortização e exaustão**, elas compreendem vários critérios específicos de cada ativo para que os registros sejam executados periodicamente, atendendo a estimativas do valor residual e da vida útil do bem, que deverão ser revisados anualmente.

NBC T 16.10 - A **avaliação e mensuração dos ativos e passivos** atendem aos critérios de atribuição e constatação de valor monetário dos elementos patrimoniais, de acordo com o valor de mercado.

NBC T 16.11 - E por fim, o **Sistema de Informação de Custos do Setor Público** (SICSP) é obrigatório em todas as entidades do setor público. Seus objetivos são mensurar, registrar e evidenciar os custos dos serviços, dos produtos, das ações, das atividades, dos programas, e demais objetos de custos de cada entidade pública, obedecendo criteriosamente os princípios contábeis, em especial, o da competência.

Passos (2016) concluiu que as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público são importantes para a implementação de dispositivos contidos na LRF e Lei 4.320/64, tais como a implementação de sistema de custos, ampliação do controle contábil sobre o cumprimento das metas estabelecidas no planejamento governamental. Em sentido amplo as novas normas são um instrumento para elevar a eficácia e efetividade das Leis quanto aos seus objetivos de promover o planejamento, a transparência e responsabilidade da gestão fiscal. Especificamente, há inovações no reconhecimento de receitas e despesas sob a ótica do regime da competência.

Para Monteiro e Gomes (2012), o regime de competência para o orçamento brasileiro ainda não é bem conhecido, embora apareça nas pautas dos eventos e cursos sobre a CASP no Brasil. Contudo, eles indicam que o regime de competência seja investigado através das experiências de outros países que já o adotaram tanto para a contabilidade quanto para a orçamentação das receitas e despesas, tendo em vista o momento em que a administração pública tem sofrido várias alterações nos seus dispositivos legais.

Sanchez e Maes (2013) evidenciaram que através do processo de harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, tem-se o objetivo de padronizar os procedimentos referentes às Demonstrações Contábeis, com conceitos e regras, de maneira a preservar os dispositivos da Lei 4.320/64; da Lei Complementar 101/00; do CFC e da NBCT SP 16. Permite-se, com isso, a compreensão das informações e agregação das contas públicas em âmbito nacional.

Deste modo, as normas brasileiras relativas à contabilidade pública têm se tornado cada vez mais adequadas às orientações dos organismos internacionais, de forma a atender às necessidades dos usuários da coisa pública. E contribuído para que os relatórios contábeis possam evidenciar os aspectos patrimoniais e conseqüentemente refletir claramente as informações registradas na contabilidade das entidades públicas.

1.3.1 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)

As demonstrações contábeis aplicadas ao setor público são baseadas em características qualitativas definidas pelas normas internacionais, tais como: compreensibilidade, relevância, comparabilidade e confiabilidade. Esses princípios, interrelacionados com os conceitos primordiais aplicados à contabilidade pública brasileira, são: entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência, prudência. (Curso de CASP, 2 mod., 2015).

As demonstrações contábeis (DC's) devem ser acompanhadas por anexos, por outros demonstrativos exigidos por lei e pelas notas explicativas, apresentar informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade, conter a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista, ser divulgadas com a apresentação dos valores correspondentes ao período anterior. As contas semelhantes podem ser agrupadas; os pequenos saldos podem ser agregados, desde que

indicada a sua natureza e não ultrapassem 10% (dez por cento) do valor do respectivo grupo de contas, sendo vedadas a compensação de saldos e a utilização de designações genéricas.

Para fins de publicação, as DC's podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada. Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas: publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades; remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a conselhos representativos; a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados; disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e suas informações devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis, devendo incluir: os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis; as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e; outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. (Slides 86, 87, 88 e 89. CASP- Mod.2).

As demonstrações contábeis a serem elaboradas de acordo com a Lei 4.320, são: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração da Variação Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e, com as adequações trazidas pela NBCT 16.6 foram introduzidas mais duas relevantes demonstrações que são elas: DRE e DFC. Faz-se abaixo uma breve apresentação de cada uma delas, em acordo as normas brasileiras de contabilidade, NBCT 16.6:

O **Balanço Orçamentário** deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias, por categoria econômica, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. Ou seja, o Balanço Orçamentário é estruturado de forma a apresentar claramente a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

O **Balanco Financeiro** evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público no período a que se refere, e discrimina: a) a receita orçamentária realizada por destinação de recurso; b) a despesa orçamentária executada por destinação de recurso; c) os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários; d) as transferências ativas e passivas decorrentes, ou não, da execução orçamentária; e) o saldo inicial e o saldo final de caixa e equivalentes de caixa.

O **Balanco Patrimonial** é a demonstração contábil composta pelos grupos de ativo, passivo e patrimônio líquido, que evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. Entretanto, a classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “ não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** evidencia as variações quantitativas e qualitativas resultantes e as independentes da execução orçamentária, bem como o resultado patrimonial.

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** deve permitir aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos, através do método direto ou indireto, devendo evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

A **Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL)**, foi criada com o objetivo de evidenciar um extrato da movimentação do PL no período, de forma a avaliar a evolução dos itens que a compõem. Ou seja, “ao aplicar as regras da contabilidade com foco patrimonial e dentro do princípio da competência, podem existir casos em que o PL seja afetado por outros fatores e não pelo resultado do exercício corrente”. (Castro, 2015, p. 277).

De acordo com o MCASP/STN, Parte V, a DMPL demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, tais como: a) os ajustes de exercícios anteriores; b) as transações de capital com os sócios; c) o superávit ou déficit patrimonial; d) a destinação do resultado; e outras alterações relacionadas ao patrimônio líquido. (Filho, 2015).

Já a **Demonstração do Resultado Econômico** deve evidenciar o resultado econômico de ações do setor público, devendo ser elaborada considerando sua interligação com o sistema de custos e apresentar, na forma dedutiva, a receita econômica dos serviços prestados e dos

bens ou produtos fornecidos; os custos e despesas identificados com a execução da ação pública; o resultado econômico, e o custo de oportunidade. De modo oportuno, esse demonstrativo foi extinto da relação das DC's e incluído no contexto da norma de custos, conforme NBC T 16.11.

Percebe-se que esses relatórios trazem aumento informacional que beneficiam o atendimento dos objetivos propostos pela convergência às normas internacionais de contabilidade do setor público, sendo os da comparabilidade e da compreensibilidade.

1.3.2 Plano de Contas aplicado ao Setor Público (PCASP)

No que diz respeito à aplicação de planos de contas, foi aprovado pela Portaria nº 408, de 31 de julho de 2015, que as entidades do setor público serão obrigadas a adotar o PCASP, a partir do exercício 2016. Todavia, a STN elaborou o plano de contas com o objetivo de uniformizar as práticas contábeis e adequá-lo aos dispositivos legais vigentes, às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, aos padrões internacionais de Contabilidade do Setor Público e às regras e procedimentos de Estatísticas de Finanças Públicas reconhecidas por entidades internacionais.

Formado por uma relação padronizada de contas apresentada em conjunto com atributos conceituais, o PCASP permite a consolidação das Contas Públicas Nacionais, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal. (STN, 2017).

O PCASP é atualizado anualmente e publicado exclusivamente na Internet para uso obrigatório no exercício seguinte. Adicionalmente, a STN disponibiliza o "PCASP Estendido" (constante do Anexo III da IPC 00), de adoção facultativa, para os entes que precisem de uma referência para desenvolvimento de suas rotinas e sistemas. O quadro a seguir apresenta as versões do PCASP disponibilizadas para a Federação, bem como a síntese de alterações de uma edição para a seguinte. (STN, IPC 2017).

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público é um plano de contas único para a União, Estados, Municípios e Distrito Federal, o que tornará o controle mais efetivo. Com isso, será possível ao contribuinte acompanhar e fiscalizar atos e fatos governamentais através dos relatórios contábeis e financeiros, e perceber as principais movimentações ocorridas com o patrimônio público em qualquer esfera de governo.

O PCASP é dividido em 8 classes, sendo as contas contábeis classificadas segundo a natureza das informações que evidenciam:

PCASP		
Natureza da informação	Classes	
Patrimonial	1. Ativo	2. Passivo
	3. Variações Patrimoniais Diminutivas	4. Variações Patrimoniais Aumentativas
Orçamentária	5. Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento	6. Controles da Execução do Planejamento e Orçamento
Controle	7. Controles Devedores	8. Controles Credores

Figura 1. PCASP

Fonte: MCASP, 2017, p. 345.

A estrutura do Plano de Contas Nacional é composta de 8 (oito) Classes, sendo duas de contas patrimoniais (1 para Ativo e 2 para Passivo), compreendendo as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio líquido, resultantes das origens e aplicações dos recursos para atender as demandas da sociedade. Em seguida, as duas classes de contas de resultado (3 para Variações Patrimoniais Aumentativas e 4 para Variações Patrimoniais Diminutivas), compreendem o planejamento e a execução orçamentária, resultantes das entradas e saídas de caixa para atender às demandas da sociedade. E por fim, as quatro classes de contas de controle (5 e 6 para Controles Orçamentários, e 7 e 8 para Controles Diversos), compreendem os atos potenciais e as funções específicas de controle, para identificar os compromissos futuros, os riscos assumidos e as informações adicionais. (Curso CASP, Wayne, & Lino, 2015).

Costa, Nunes e Almeida (2016) salientaram que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público deveriam ser adotados pelos entes, de forma facultativa, a partir de 2012 e, de forma obrigatória, a partir de 2015. Essa portaria iria auxiliar os entes que possuem pouca estrutura na área contábil como as prefeituras de cidades pequenas, pois daria um prazo maior de adaptação as novas regras, visto que a adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais ocorreria de forma gradual.

Dessa forma, a necessidade de evidenciar com qualidade os fenômenos patrimoniais e a busca por um tratamento contábil padronizado dos atos e fatos administrativos no âmbito do setor público tornaram imprescindível a elaboração de um plano de contas com abrangência nacional. Assim se permite a obtenção de dados através da preparação das demonstrações contábeis que atendam aos diversos usuários da informação contábil. Dentre elas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1.4 Breve histórico sobre a DFC

A pesquisa de Fonseca (2014) descreveu o processo histórico da DFC, demonstrando a pouca importância dada a esse demonstrativo até a Segunda Grande Guerra global. Foi então que se começou a notar falta de informações mais consistentes que explicassem as diferenças nas prestações de contas. Daí foi criada a primeira demonstração que deu origem à popular e conhecida DFC, com a norma 95 aprovada em 1987. A mesma autora cita Silva e Martins (2012) em um entendimento de que foi de grande contribuição para as práticas contábeis, a aprovação deste normativo.

Em seguida, esse normativo foi substituído pela Norma Internacional de Contabilidade nº 7 – IAS 7, a qual foi sendo admitida em vários países da União Europeia. Entretanto, mediante variadas reuniões e fóruns de estudo, chegou-se ao consenso sobre a importância das informações preparadas através desse demonstrativo, as quais contribuem positivamente no elenco dos documentos de prestação de contas, e principalmente de interesse dos utentes da informação contábil. Todavia, as dificuldades não deixaram de existir em nível de preparação e divulgação, ao se concentrarem na classificação do que são os fluxos operacionais, os investimentos e os financiamentos. (Caiado, & Gil, 2014).

Na visão da contabilidade comercial, Martins, Gelbcke, Santos e Iudícibus (2013) apresentam os **fluxos operacionais** como as atividades relacionadas com a produção e a entrega de bens e serviços, como: recebimentos pela venda de produtos e serviços à vista; descontos de duplicatas, no ato do recebimento, como receitas de vendas ao cliente; recebimento de juros sobre operações e empréstimos a outras entidades; recebimentos de alugueis, *royalties* e vendas de ativos produzidos para esse fim; pagamentos aos fornecedores de mercadorias, matérias-primas, insumos e outros materiais relacionados com a produção e a prestação de serviços.

Como **fluxos de investimentos** são consideradas as entradas e saídas que alteraram os ativos de longo prazo (não circulantes), como: recebimentos das vendas de imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes; resgates do principal de aplicações financeiras que não consideradas como equivalentes de caixa; recebimentos referentes a contratos futuros, a termo, de opções e *swap*, exceto, se mantidos para negociação e enquadrados como de financiamento; pagamentos relacionados com aquisição de terrenos, edificações e de ativos

imobilizados; desembolsos dos empréstimos concedidos pela empresa e pagamento pela aquisição de títulos de investimento de outras entidades.

Os fluxos provenientes das **atividades de financiamento** dizem respeito aos empréstimos de credores e investidores da entidade, como: venda de ações emitidas; empréstimos obtidos no mercado, via emissão de títulos e instrumentos financeiros; pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio ou outras distribuições aos proprietários; e pagamentos do principal do arrendamento mercantil financeiro.

“A informação contida na Demonstração de Fluxos de Caixa apresenta particular importância e é necessária para avaliar os efeitos do dinheiro numa entidade” (Nascimento, 2017, p. 39). Com isso, proporciona-se aos usuários das informações apresentadas na DFC uma melhor avaliação da situação da instituição, o que auxilia quanto à definição de possíveis decisões a serem tomadas.

Outra questão a ser observada é que a Demonstração dos Fluxos de Caixa tornou-se obrigatória no Brasil para as sociedades anônimas com o advento da Lei n. 11.638/2007, não obstante o IBRACON ter recomendado sua publicação, por meio do Pronunciamento n. 20, desde abril de 1999.

Em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgou o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual possui o objetivo de “exigir o fornecimento de informação acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa”, bem como apresenta os principais atributos dessa demonstração. Esse pronunciamento foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme Deliberação n. 547/2008.

De acordo com Domingos Poubel, conceituado estudioso da Contabilidade Pública no Brasil,

a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi a descoberta do Setor Privado e sua rendição ao Balanço Financeiro do Setor Público. Depois de mais de 30 anos da Lei nº 6.404/76, reformulada pela Lei nº 11.638/07, descobriram a importância da demonstração do fluxo das finanças, o que já existia há mais de 45 anos no setor público. (...) No setor público essa demonstração foi um achado! Reputo como a mais importante em termos gerenciais. (Castro, 2015, p. 213).

O mesmo autor ainda ressalta que

um ponto de reflexão sobre a DFC é a efetividade das informações da DFC para efeitos gerenciais. O método direto é o mais aceito que o indireto. Entretanto, há que considerar que ambos estão mostrando a posição financeira passada. Embora importante para conhecer o fluxo dos investimentos e dos financiamentos, deve ser complementada pela projeção para o final do exercício (Castro, 2015, p. 214).

Percebe-se, com isso, que as informações históricas do fluxo de caixa são de extrema importância para a previsão futura de qualquer instituição, podendo prever situações para a execução de ações.

Soares (2015, p. 33) afirma que “assim sendo, verifica-se que a DFC é um importante instrumento de controlo de gestão e de previsão orçamental”. Face à conclusão do mesmo autor, a DFC nos permite compreender como foi gerado e utilizado o dinheiro no período em análise. Em geral, nas instituições, nem sempre existe uma correlação entre os resultados apurados e os fluxos de caixa, pois esses fornecem informação que se reveste de fundamental importância para estabelecer essa ligação, à medida em que permitem o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira e da capacidade da entidade cumprir com suas obrigações no futuro.

Nota-se, portanto, que a DFC é essencial para a avaliação da saúde e vida de uma entidade e sua gestão, apesar de ser um instrumento contábil simples dentre os que integram as demonstrações financeiras. Suas informações proporcionam dados que são de extrema importância no processo de tomada de decisão e avaliação do desempenho financeiro das entidades.

1.4.1 Pesquisas internacionais relacionadas com o tema DFC

O estudo de Christiaens, Reyniers e Rollé (2010) revela a existência de diversidade no processo de adoção de IPSAS e contabilidade de competência. Alguns governos ainda utilizam contabilidade baseada em caixa. Apenas uma minoria aplica IPSAS. A maioria dos governos locais e centrais aplica a contabilidade de competência desconsiderando as IPSAS. A tendência para a contabilidade de competência pode ser explicada pela necessidade de transparência e eficiência. Contudo, os pesquisadores concluíram que a maioria das instituições públicas que não contabiliza o regime de competência ainda planeja reformar seu sistema de contabilidade em um futuro próximo.

O sistema de contabilidade estatística das finanças públicas na Austrália sofreu mudanças significativas. A partir de 2008, o governo australiano adotou um sistema de

contabilidade para atender às necessidades de informação dos usuários de maneira que as informações sejam compreensíveis, relevantes e confiáveis. Outro objetivo da adoção desse sistema é que os relatórios financeiros representem fielmente o que pretendem representar e, assim, forneçam uma visão verdadeira e justa das operações financeiras da entidade. Com isso, a Austrália tornou-se o líder mundial em uso do sistema de contabilidade estatística para fins contábeis governamentais (Barton, 2011).

O estudo de McInnis e Collins (2011) investigou o papel das provisões de fluxo de caixa como dissuasão para evitar surpresas de resultados negativos. E ainda contribuiu para que os investidores e reguladores pudessem identificar mecanismos de custo relativamente baixo, orientados para o mercado, os quais ajudam a reduzir as tentativas das empresas de manipular as provisões para atender às estimativas de ganhos dos gerenciadores.

Öztürk (2015) revela, em importante pesquisa, que apesar de dizer respeito à realidade do país turco, os resultados podem ser aplicados a outros países que estão em processo de convergência com as normas internacionais. O autor chegou à conclusão que os acadêmicos turcos necessitam estudar a DFC com mais detalhes para que adquiram competência e entendimento suficientes para assimilarem a importância desse relatório financeiro tanto para a prestação de contas quanto para a tomada de decisões dos usuários da informação nela contida.

Baik, Cho, Choi e Lee (2016) chegaram ao entendimento de que a flexibilidade quanto a normas internacionais aplicadas na DFC permite aos gestores das empresas alterarem os movimentos dos fluxos operacionais para os fluxos de financiamento, ou vice-versa. Com isso, pode-se influenciar as decisões dos investidores e comprometer o objetivo da comparabilidade desse relatório.

Conforme declaração do Presidente do IFAC, “os Governos do mundo todo exigem que as empresas privadas mostrem transparência em suas informações contábeis, mas o próprio setor governamental não é transparente”. Assim sendo, os governos precisam intensificar esforços para que as informações por eles fornecidas apresentem consistência, o que contribuirá para a tão sonhada estabilidade econômica-financeira do país. E ainda, ajudará a estabelecer a confiança nas demonstrações do setor governamental (Schumesch, 2015).

1.5 Síntese do Capítulo 1

Neste capítulo constata-se, de modo geral, que a contabilidade governamental deverá apresentar o que está ocorrendo com os recursos arrecadados, de forma a evidenciar a real aplicação dos mesmos. Para que isso aconteça, tem-se buscado adequar as normas brasileiras às normas internacionais, de maneira a atender às exigências dos usuários das informações contábeis e contribuir no processo da tomada de decisões.

Diante das recomendações dos organismos internacionais, adicionadas às experiências internacionais quanto à adoção das IPSAS, o governo brasileiro percebeu a necessidade de instituir o processo de convergência e padronização das regras aplicadas ao setor público.

Tais mudanças contribuíram para a criação das NBCT SP, as quais têm revolucionado a contabilidade pública brasileira, no sentido de equipará-las com os princípios gerais de contabilidade, tanto no âmbito público quanto privado.

No próximo capítulo apresenta-se um estudo específico sobre a DFC no setor público, especialmente no Brasil.

Capítulo 2 A Demonstração dos Fluxos de Caixa no Setor Público

Neste segundo capítulo é abordada a Demonstração de Fluxos de Caixa utilizada no setor público. Aqui se apresenta a sua caracterização, em seguida analisa-se a DFC, em primeiro lugar de acordo com a NBCT 16.6 e, logo após, em conformidade com as recomendações do MCASP. Ainda se abordam as análises que podem ser feitas com as informações dispostas no referido relatório, e finaliza-se o capítulo com um breve resumo.

2.1 A obrigatoriedade da DFC no setor público

Nas normas internacionais de contabilidade, a DFC foi disciplinada para o setor público pela IPSAS 2. Já no setor público brasileiro, a DFC passou a ser exigida a partir de 2010, em face do quanto disposto na Resolução n. 1.133/2008 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, bem como ao estabelecido na Portaria MF nº. 184/2008, e passou a figurar como demonstração contábil que foi aceita também como novo anexo da Lei 4.320/64 (Anexo 18).

Consoante a citada NBCT, a DFC possibilitou “aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos”. (NBC T 16.6).

O objetivo principal desse demonstrativo contábil é o de fornecer informações relevantes sobre as entradas e saídas de caixa ou dos equivalentes de caixa em um determinado período para possibilitar a tomada de decisões em cenários futuros. Consoante com o que definiram Sanchez e Maes,

essa demonstração traz um maior controle financeiro e gerencial da Administração Pública, proporcionando aos usuários instrumento para analisar a capacidade do órgão ou entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e suas necessidades de liquidez, analisando por exemplo, eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do financiamento dos serviços públicos. A DFC gera um maior grau de comparabilidade na apresentação do desempenho operacional entre entidades públicas, pois reduz os efeitos decorrentes do uso de diferentes critérios contábeis. (Sanchez, & Maes, 2013, p. 28).

O Conselho Federal de Contabilidade, ao aprovar a NBC T 16.6 definindo a estrutura das demonstrações contábeis, estabeleceu que a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: operacionais, dos investimentos e dos financiamentos. (Castro, 2015).

A NBC T 16.6 dispõe que

a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. A demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos. (Filho, 2015, p. 406).

Em suma, entende-se que a DFC é um meio de divulgação das informações financeiras do governo que auxilia os gestores a analisar e melhor avaliar as decisões tomadas no passado e planejar as decisões futuras. Assim, ela vai além de apresentar aos usuários as fontes e destinações dos recursos utilizados pelo governo e os saldos resultantes de acordo com as atividades da entidade.

Esta figura exemplifica basicamente como se deve compor o demonstrativo dos fluxos de caixa:

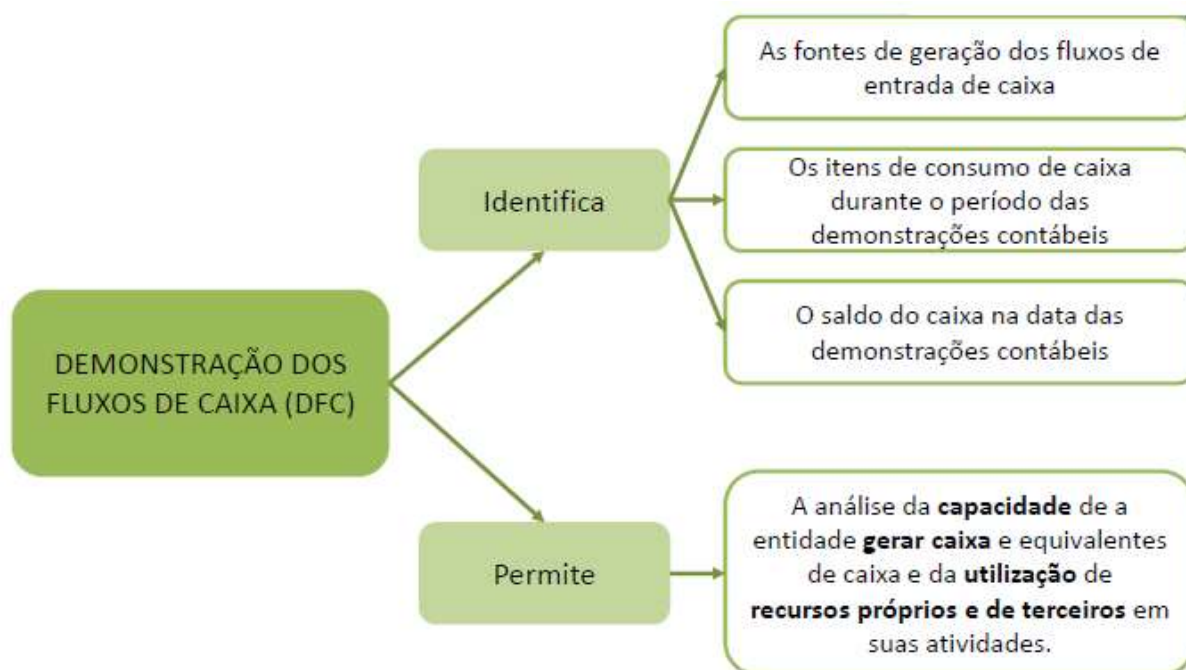


Figura 2. DFC
Fonte: STN (2015, p. 37).

Nesse entendimento, pode-se aprofundar sobre as terminologias mais utilizadas para se conceituarem os itens e designações que compreendem o referido relatório financeiro, referenciados nos normativos citados anteriormente.

2.2 Principais conceitos relacionados a DFC

Em relação aos principais conceitos sobre a DFC, observa-se que – entre os vários instrumentos normativos, além da NBCT 16.6, o anexo 18 da Lei 4.320/64 – o Instrumento de Procedimentos Contábeis (IPC-08) do MCASP e os autores citados até o momento são convergentes sobre as definições. Percebe-se, pois, que se basearam nos normativos internacionais que tratam da contabilidade aplicada ao setor público. A IPSAS 02 trata especificamente sobre a “*Cash Flow Statement*” – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dando definições a estes: Caixa; Equivalentes de caixa; Fluxos de caixa; Controle; Atividades de financiamento; Atividades de investimento; Atividades operacionais; Data das demonstrações contábeis, dentre outras. Assim,

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de Caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Fluxo de caixa são as entradas e saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Controle é o poder que uma entidade tem de direcionar as políticas financeiras e operacionais de outra entidade de forma a obter benefício das suas atividades. Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade, não classificadas como atividades operacionais. Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa. Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades diferentes das de investimento e de financiamento. Data das demonstrações contábeis é a data do último dia do período ao qual as demonstrações contábeis se referem (IPSAS 2, 2000, p. 100).

Importa perceber que a IPSAS 2 serve como base para a aplicação das normas contábeis que cada entidade adota para elaboração e divulgação das demonstrações dos fluxos de caixa ao final de cada exercício financeiro.

Para a elaboração da DFC, há que se entender algumas outras definições, de acordo com Filho (2015), conforme se vê a seguir.

Ingressos das Operações: compreendem as receitas relativas às atividades operacionais líquidas das respectivas deduções e as transferências recebidas.

Desembolsos das Operações: compreendem as despesas relativas às atividades operacionais, demonstrando-se os desembolsos de pessoal, os juros e encargos sobre a dívida e as transferências concedidas.

Ingressos de Investimento: compreendem as receitas referentes à alienação de ativos não circulantes e de amortização de empréstimos e financiamentos concedidos.

Desembolsos de Investimento: compreendem as despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e as concessões de empréstimos e financiamentos.

Ingressos de Financiamento: compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive de refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Desembolsos de Financiamento: compreendem as despesas com amortização e refinanciamentos da dívida.

Caixa e Equivalentes de Caixa: compreende o numerário em espécie e depósitos disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Inclui, ainda, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento.

Receitas Derivadas: compreendem as receitas obtidas pelo poder público por meio da soberania estatal. Decorrem de imposição constitucional ou legal e, por isso, auferidas de forma impositiva, como, por exemplo, as receitas tributárias e as contribuições especiais.

Receitas Originárias: compreendem as receitas arrecadadas por meio da exploração de atividades econômicas pela Administração Pública. Resultam, principalmente, de rendas do patrimônio mobiliário e imobiliário do Estado (receita de aluguel), de preços públicos, de prestação de serviços comerciais e de venda de produtos industriais ou agropecuários.

Transferências Intergovernamentais: compreendem as transferências de recurso entre entes da Federação distintos.

Transferências Intragovernamentais: compreendem as transferências de recursos no âmbito de um mesmo ente da Federação. (Filho, 2015, pp. 412-413).

Considerado o grupo mais importante para demonstrar a força financeira da empresa e/ou entidade, o fluxo de caixa operacional foi revelado no estudo (Foster III, McNelis, & Smith, 2012) como preferido na abordagem direta da DFC.

Entre tantas outras pesquisas, as abordagens sobre o tema do regime de caixa e o de competência sobressaem como um dos tópicos que requerem mais atenção, podendo haver confusões no entendimento.

2.2.1 Sobre o regime de caixa e o de competência

“O regime de caixa foi o principal método de contabilização usado pelo setor público durante muitos anos, sendo ainda adotado em muitos países”. Na pesquisa de Schumesch (2015), apurou-se que mais de 54% dos países pesquisados utilizam o regime de caixa, ou ainda, o regime misto. Os outros países, cerca de 46%, utilizam o regime de competência.

A exemplo do Brasil, o regime misto no setor público é utilizado, tendo em conta que a DFC é elaborada pelo método direto, evidenciando os “Ingressos” (entradas das receitas pelo regime de caixa), e os “Desembolsos” (as despesas pelo regime de competência, ou pela emissão do empenho).

Nessa mesma pesquisa, Schumesch (2015) constatou que o nível de aderência ao regime de competência tende a aumentar a cada ano. Isso porque, com as reformas governamentais dos últimos tempos, faz-se necessário que os objetivos das demonstrações contábeis sejam atendidos, principalmente no que tange a refletir as informações, acatando os princípios da fidedignidade, tempestividade, confiabilidade, entre outros.

Considerando o mesmo raciocínio, o Presidente do IFAC, Ian Ball, declarou que “a contabilização pelo regime de competência fornece uma perspectiva abrangente dos ativos e passivos, bem como do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa do setor público para o período em análise”. E complementando, Gilvan Dantas, subsecretário de contabilidade pública, no Brasil, declarou que ao adotar o regime de competência com base nas IPSAS, “o país poderá elaborar projeções confiáveis de seus fluxos de caixa, bem como fazer avaliações e estabelecer comparações com outros países”.

Diante do exposto, percebe-se que o regime de competência tende a propiciar o aumento da confiança, transparência e qualidade das informações geradas pelas demonstrações contábeis, em especial a dos fluxos de caixa, apesar de as informações nelas inseridas seguirem o regime de caixa e regime misto, ou seja, registra-se a entrada e saída do dinheiro da entidade em questão.

2.3 Modelo da DFC sugerido pelo MCASP

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público veio com o propósito de orientar no processo de elaboração e execução do orçamento e também de contribuir para que a contabilidade atinja o seu objetivo, que é o de demonstrar as movimentações do patrimônio público de forma transparente e confiável (Goularte, Diaz, Behr, & Ramos, 2015).

A DFC deverá ser acompanhada de notas explicativas quando os itens que compõem os fluxos de caixa forem relevantes, conforme é orientado no MCASP:

O ente deverá divulgar os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos pelo ente, mas que não estejam disponíveis para uso imediato. As

circunstâncias da indisponibilidade desses recursos envolvem, por exemplo, restrições legais ou controle cambial. As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa, como aquisições financiadas de bens e arrendamento financeiro, não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Tais transações devem ser divulgadas nas notas explicativas à demonstração, de modo que forneçam todas as informações relevantes sobre essas transações. Algumas operações podem interferir na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, como, por exemplo, as retenções. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos de caixa e equivalente de caixa podem ser afetados. Basicamente a diferença será sob o aspecto temporal. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo da conta caixa e equivalentes de caixa a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido. Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções deverão ser evidenciados em notas explicativas. (MCASP, 2017, p. 408).

2.4 Estruturação e elaboração da DFC

Para se compor a DFC, deve-se obedecer à estrutura sugerida pela NBCT 16.6 e MCASP/STN e IPC 08. Assim, tem-se:

- a) Quadro principal;

a. Quadro Principal

<ENTE DA FEDERAÇÃO> DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Exercício: 20XX			
	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
<u>Ingressos</u>			
Receitas derivadas e originárias	1FC	-	-
Transferências correntes recebidas	2FC	-	-
Outros ingressos operacionais		-	-
<u>Desembolsos</u>			
Pessoal e demais despesas	3FC	(-)	(-)
Juros e encargos da dívida	4FC	(-)	(-)
Transferências concedidas	2FC	(-)	(-)
Outros desembolsos operacionais		(-)	(-)
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)</i>		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
<u>Ingressos</u>			
Alienação de bens		-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		-	-
Outros ingressos de investimentos		-	-
<u>Desembolsos</u>			
Aquisição de ativo não circulante		(-)	(-)
Concessão de empréstimos e financiamentos		(-)	(-)
Outros desembolsos de investimentos		(-)	(-)
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)</i>		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
<u>Ingressos</u>			
Operações de crédito		-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes		-	-
Transferências de capital recebidas		-	-
Outros ingressos de financiamentos		-	-
<u>Desembolsos</u>			
Amortização /Refinanciamento da dívida		(-)	(-)
Outros desembolsos de financiamentos		(-)	(-)
<i>Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</i>		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)			
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		-	-
Caixa e Equivalente de caixa final		-	-

Figura 3. Estrutura da DFC – IPC08

Fonte: STN/MF, 2014.

O quadro principal é composto pelas movimentações de entradas e saídas de caixa relativas às atividades operacionais, às de investimentos e às de financiamentos, de forma a apurar o saldo final do período elaborado.

b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;

<ENTE DA FEDERAÇÃO> QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
	Exercício: 20XX	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Patrimonial		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Total das Receitas Derivadas e Originárias	_____	_____

Figura 4. Receitas Derivadas e Originárias.
Fonte: MCASP, 2017, p. 404.

No quadro das receitas derivadas e originárias são identificadas todas as formas de arrecadação do ente governamental, por meio de dispositivos legais, como os impostos e as contribuições, além da arrecadação por meio de atividades econômicas, como aluguel de algum patrimônio público.

c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;

<ENTE DA FEDERAÇÃO> QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercício: 20XX	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS		
Intergovernamentais		
da União		
de Estados e Distrito Federal		
de Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências correntes recebidas		
Total das Transferências Correntes Recebidas	_____	_____
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais		
a União		
a Estados e Distrito Federal		
a Municípios		
Intragovernamentais		
Outras transferências concedidas		
Total das Transferências Concedidas	_____	_____

Figura 5. Transferências Recebidas e Concedidas
Fonte: (MCASP, 2017, p.404)

Nesse quadro, as transferências recebidas e concedidas dizem respeito às transmissões de receitas entre os entes federativos. As transmissões intergovernamentais são relativas às diferentes esferas de governo; já as intragovernamentais referem-se à mesma esfera de governo.

d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Legislativa		
Judiciária		
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos da Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	_____	_____

Figura 6. Desembolsos de Pessoal
Fonte: MCASP, 2017, p. 404.

Como o próprio nome sugere, esse quadro diz respeito aos salários e remunerações do quadro de servidores públicos ativos e inativos, de cada área do governo e demais despesas por função.

e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

<ENTE DA FEDERAÇÃO>		
QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercício: 20XX	
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Dívida		
Total dos Juros e Encargos da Dívida	_____	_____

Figura 7. Juros e Encargos da Dívida
Fonte: MCASP, 2017, p. 406.

A demonstração no quadro acima refere-se ao pagamento dos juros e encargos da dívida interna e externa do país.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é estruturada obedecendo ao anexo 18 da Lei 4.320/64 e complementada por nota explicativa detalhando as atividades de operações, atividades de investimento e das atividades de financiamento. São informados, ainda, o montante líquido de cada uma das atividades, a geração líquida de caixa e o equivalente de caixa, com o saldo inicial e final, o que pode ser observado detalhadamente na Figura 8.

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	Compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública.	
Receitas derivadas e originárias Transferências recebidas		
Desembolsos		
Pessoal e demais despesas		
Juros e encargos da dívida Transferências concedidas		
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	Inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos.	
Alienação de bens Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		
Desembolsos		
Aquisição de ativo não circulante		
Concessão de empréstimos e financiamentos Outros desembolsos de investimentos		
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.	
Operações de crédito Integralização do capital social de empresas dependentes		
Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da dívida		
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	Os saldos inicial e final de Caixa e Equivalentes de caixa devem ser iguais aos saldos do Balanço Patrimonial.	
Caixa e Equivalente de caixa final		

Figura 8. Modelo da DFC

Fonte: STN, 2015, p.38.

Para se construir a DFC das entidades do setor público, é necessário recorrer a três fontes: o Balanço Patrimonial, o Balanço Financeiro e outras informações adicionais, necessários para determinar a movimentação de caixa e equivalentes durante o período. Conforme destacou Soares (2015),

a primeira fase para a elaboração da DFC consiste na determinação da variação, de caixa e seus equivalentes, ocorrida desde o início ao final de período contabilístico em análise. Após esta primeira fase determinar os fluxos de caixa das atividades operacionais, das atividades de investimento e das atividades de financiamento. Esta classificação permite aos utentes determinar o impacto dessas atividades na posição financeira da entidade e nas quantias de caixa e seus equivalentes, bem como, avaliar as relações entre as atividades definidas no mapa. (Caiado, & Daniel, citado por Soares, 2015, p. 36).

Para Castro (2015), na elaboração da DFC são utilizados dados retirados do controle do orçamento corrente e pagamentos de restos a pagar para indicar o destino dos pagamentos pelas principais funções de governo, conjugando esses dados com a posição financeira das disponibilidades do Ativo.

A STN elaborou o IPC 08, que aplica a metodologia para elaboração da DFC a partir das informações contidas nas demais DC's, como se segue.

I. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

II. A DFC é elaborada utilizando-se contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e de despesas, bem como funções e subfunções. Também faz uso, quando necessário, de outras contas e filtros necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transitar pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

III. A DFC é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

IV. Os fluxos de caixa são obtidos excluindo-se as contas intraorçamentárias para viabilizar a consolidação das contas no ente, conforme demonstrado nas regras de preenchimento logo a seguir.

V. A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior.

VI. Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” (do fluxo operacional, do fluxo de investimento e do fluxo de financiamento) contemplam situações não previstas, cabendo a cada ente adaptá-los conforme suas necessidades. Geralmente, são valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. São exemplos os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente; aplicações e resgates de investimentos temporários.

2.5 Divulgação e publicação da DFC

A Resolução 1.133/08 do CFC orienta sobre a divulgação das demonstrações contábeis e as devidas formas simplificadas, como meio de apresentação à sociedade, e observando as orientações a seguir: (a) publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades; (b) remessa aos órgãos de controle interno e externo, a associações e a

conselhos representativos; (c) a disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados; (d) disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público. Assim também deve ser para a Demonstração dos fluxos de Caixa, permitindo que a sociedade conheça as movimentações ocorridas com o dinheiro que foi destinado aos serviços e bens públicos.

2.6 Análises das informações geradas pela DFC

Para se analisarem demonstrativos contábeis, é necessário entender os fatos e dados apurados na investigação, verificando-se os resultados da análise de forma a esclarecer os tais fatos detalhadamente. Nesse entendimento é que o artigo 85 da Lei nº 4.320/64, preconiza:

Os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Entretanto, para que os resultados a serem apurados nesta análise reflitam a realidade, deve-se interpretar os fatos e informações detalhadamente, aplicando o devido conhecimento e entendimento profissional exigido. Deve-se ter o máximo cuidado para que não falem informações que poderão comprometer o resultado do trabalho de análises. Caso necessário, deve-se complementar com quadros explicativos que contribuam para o esclarecimento e a interpretação dos conteúdos estudados. (Kohama, 2015).

“Para descobrir a inconsistência da DFC, não é necessário muito esforço nem muita técnica” (Castro, 2015, p. 276). Exige-se, porém, o conhecimento necessário para que o trabalho de análise da referida demonstração tenha êxito.

De acordo com os slides 39 e 40 – Módulo 09 do Curso DCASP disponibilizado por CFC e STN, 2015,

a) A análise e a verificação da Demonstração do Fluxo de Caixa tem como fator predominante preparar os indicadores que servirão de suporte para a avaliação da gestão financeira da entidade. b) Uma das principais análises consiste verificar como se encontra a capacidade financeira da entidade em manter financeiramente os serviços prestados à população e quais as possíveis dificuldades a serem enfrentadas para que se adote as medidas necessárias para a manutenção saudável dos serviços prestados. c) Outras análises poderão ser propostas para poder analisar a gestão financeira das entidades públicas, sempre com o intuito de instrumentalizar o controle social, gerar informações que oriente os gestores e permitir a adequada prestação de contas.

Complementando o raciocínio, para avaliação da Gestão do Fluxo de Caixa, tem-se:

a) A avaliação dos reflexos e impactos do fluxo de caixa é saber como estão as atividades dos três grupos definidos na NBCT – SP, e quais os impactos que os mesmos poderão produzir nos fluxos futuros para determinar se a gestão realizou a contento ou não a gestão financeira da entidade, melhorando ou agravando o desempenho futuro. b) Dessa forma, formulam-se opiniões e revelam-se indicadores sobre a gestão financeira com a projeção de cenários futuros para a entidade do setor público, com o intuito de mantê-lo sempre e em condições de funcionamento para poder cumprir o papel social da entidade. (CFC e STN, 2015).

A boa condição financeira de um governo é o que assegura a continuidade da prestação de bens e serviços públicos essenciais e precisos aos cidadãos. Nessa abordagem mais atual, Lima e Diniz (2016) sugerem uma avaliação da posição de caixa baseada nos dados e informações da DFC e demonstram como utilizar os indicadores de solvência de caixa do governo. Com isso, é possível realizar uma análise de cada fluxo de caixa, conforme os seguintes passos: I. Análise do fluxo de caixa líquido decorrente das operações; II. Análise do fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento, e III. Análise do fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento.

Essa análise acontece de forma integrada com as demais DC's para que seja permitido ao analista identificar as variações ocorridas no patrimônio líquido, bem como na liquidez e solvência da instituição. Recomenda-se a análise da DFC em série histórica para revelar se a entidade, no decorrer do período, apresenta capacidade de autofinanciamento ou se tem dependência de financiamentos externos, isto é, permite avaliar qual é ou quais são os riscos financeiros do governo. (Lima, & Diniz, 2016).

Ainda, segundo o MCASP, a DFC permite aos usuários: ter uma noção da situação financeira da entidade mediante o confronto entre os ingressos e desembolsos pertinentes a cada atividade, seja operacional, de investimento e de financiamento; permite através da análise de liquidez prever a situação futura do caixa da entidade; analisar e avaliar quando contrair novas despesas e qual o impacto sobre as finanças públicas. Além disso, possibilita perceber as seguintes informações, mediante as seguintes análises:

i) análise do fluxo de caixa líquido decorrente das operações: revela se as receitas operacionais do governo, especialmente as receitas tributárias e de transferências, foram suficientes para financiar as atividades operacionais do governo.

ii) análise do fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento: verifica-se quando os investimentos do governo são realizados com recursos próprios produzidos pelo caixa operacional ou com recursos de terceiros representados pelas operações de crédito.

iii) análise do fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento: mostra quando os investimentos do governo são alavancados com recursos próprios produzidos pelo caixa operacional e, além disso, produzem resultado suficiente para amortização de dívida.

Conforme Lima e Diniz (2016, p. 462) explicaram, “a análise da DFC pode ser realizada por meio de análise vertical, análise horizontal e análise de tendência, conforme descrito no Capítulo 2, bem como por meio de indicadores que apresentam a magnitude e o direcionamento da posição operacional de caixa”. Vale observar os destaques a seguir:

1.Representatividade do caixa operacional (RCO): este indicador evidencia a relação entre o Caixa Gerado pelas Operações (CGP) e as Despesas Operacionais (DO), revelando o potencial do governo em financiar suas atividades. Quanto maior essa relação, menor o risco financeiro e maior a capacidade do governo em resistir a crises financeiras. $RCO = CGP/DO$

2.Indicador da amortização de dívida (IAD): esse indicador revela a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida, sendo resultante da relação entre o Passivo Total (PT) e Caixa Gerado pelas Operações (CGP). $IAD = PT/CGP$ Quanto maior o resultado desse indicador, pior o desempenho financeiro da entidade, pois revela a necessidade de geração operacional de caixa para atender as obrigações da entidade.

3.Indicador da atividade operacional (IAO): mostra a parcela da geração líquida de caixa proporcionada pelas atividades operacionais do governo, sendo obtido pela relação entre o Caixa Gerado pelas Operações (CGP) e a Geração Líquida de Caixa Total (GLCT). $IAO = CGP/GLCT$ Quanto maior o resultado desse indicador, melhor o desempenho financeiro do governo, pois revela a capacidade em gerar resultados operacional. Contudo, se esse indicador apresenta uma baixa participação, mostra a dependência da entidade a recursos de terceiros. (Lima, & Diniz, 2016, p. 462).

Dentre as várias indicações dadas para analisar o demonstrativo dos fluxos de caixa, é importante salientar que mesmo com as informações apuradas após as análises, deve-se confrontar e comparar as informações oriundas dos outros demonstrativos, para que se apurem as conclusões complementares, que servirão para avaliar a situação da entidade analisada.

2.7 Síntese do Capítulo 2

No que diz respeito à DFC, verifica-se que é um importante relatório composto de informações indispensáveis à análise da gestão financeira das instituições. Porém, em conjunto com as outras demonstrações contábeis, auxilia na tomada de decisões e mostra aos usuários o que tem sido realizado com o dinheiro arrecadado pelo governo.

No setor governamental, a DFC deve ser cada vez mais divulgada e orientada. Considerando os principais interessados na informação e dada a especificidade do relatório em questão, deve ser elaborada de forma a atender os princípios regidos tanto na contabilidade geral como nas leis que tratam especificamente da contabilidade do setor público.

Como foi observado até o momento, apesar de ter um papel importante na análise financeira e na tomada de decisão, ela ainda não é devidamente valorizada pelos seus utilizadores.

Assim sendo, passa-se à apresentação do terceiro capítulo, que identifica a metodologia utilizada na investigação e os resultados obtidos para que se alcancem os objetivos propostos.

Capítulo 3 Estudio empírico

Este capítulo apresenta a metodologia e o tipo de pesquisa adequados aos objetivos propostos, pois a pesquisa científica, na percepção de Prodanov e Freitas (2013, p. 43), “é a realização de um estudo planejado, sendo o método de abordagem do problema o que caracteriza o aspecto científico da investigação”. Entretanto, o ato de pesquisar consiste em procurar respostas às questões inquiridas, por meio dos processos científicos.

3.1 Metodologia

A metodologia aplicada na pesquisa se deu mediante um estudo de caso, no qual o principal elemento de análise foi a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade do setor público. Uma das principais vantagens do estudo de caso é o fato de contribuir para diversas ciências, entre elas a economia e as ciências contábeis. Isso porque permite a flexibilidade na coleta de dados, com o levantamento bibliográfico, as conversas com os envolvidos no assunto, as análises de documentos e observações, trazendo conceitos que possam ser aplicados na rotina das entidades.

De acordo com Gil (2017, p. 117), “as etapas do estudo de caso não se dão numa sequência rígida”. Segundo Marion, Dias, Traldi e Marion (2010, p. 30), “as pesquisas realizadas na área da Administração, Ciências Contábeis e Economia podem ser do tipo não experimental, ou seja, o investigador analisa e descreve os fatos observados”.

Com base no que Raupp e Beuren (2013) propuseram, o delineamento deste estudo se desenvolveu sob as três abordagens a seguir: primeiro, quanto ao problema de investigação; segundo, quanto aos objetivos; e por último, quanto aos procedimentos.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa qualitativa é a mais utilizada na área da contabilidade, conforme os autores acima “A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”. Como qualitativa, Raupp e Beuren (2013, p. 92) defendem que “apesar de a Contabilidade lidar intensamente com números, ela é uma ciência social, e não uma ciência exata como alguns poderiam pensar”. Diante disso, torna-se relevante a utilização da metodologia qualitativa num estudo profundo e exaustivo de um objeto de maneira a permitir o conhecimento amplo e detalhado do caso em questão.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa é entendida como exploratória e descritiva, uma vez que o investigador apenas observa, registra, analisa, classifica e interpreta os dados

coletados sem interferir neles. Por se tratar de uma realidade pouco investigada, suscita questões norteadoras iniciais levantadas com vista a tornar a realidade mais explícita para o investigador. Este estudo enquadra-se como pesquisa exploratória, segundo Beuren e Raupp (2013), pois possibilita explorar e aprofundar os conhecimentos sobre o tema. Ademais, torna mais claras e precisas as questões formuladas superficialmente, além de esclarecer melhor os conceitos e as informações sobre a pesquisa.

Em termos procedimentais, a pesquisa foi desenvolvida mediante análise bibliográfica e documental, sendo adotada uma estratégia metodológica de estudo de caso. Trata-se, portanto, de uma investigação empírica e compreende um método de planejamento, coleta e análise de dados que revela ser adequado para descrever de maneira ampla e aprofundada determinada situação específica (YIN, 2010).

3.2 Questões de investigação

Segundo Gil (2017), a pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos que proporcionem uma visão geral acerca de determinado fato. Portanto, esse tipo de pesquisa é realizado, sobretudo, quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis. “Nesse sentido, explorar um assunto significa reunir mais conhecimento e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas” (Beuren, & Raupp, 2013, p. 81). Assim, o estudo exploratório figura como o primeiro passo rumo à pesquisa científica, afim de proporcionar o desenvolvimento do estudo em questão.

Considerando a revisão de literatura efetivada anteriormente e os objetivos propostos, a realização de um estudo de caso permite encontrar mais informações sobre o assunto que se vai investigar, possibilita o esclarecimento dos termos ou até mesmo a descoberta de um novo tipo de enfoque para o assunto.

Dessa forma, para que o estudo aqui proposto alcance sua finalidade, recordam-se os objetivos: principal e secundários. O objetivo principal é, através da análise dos dados relativos aos relatórios de gestão e de auditoria do Instituto Federal de Goiás, referentes aos exercícios 2015, 2016 e 2017, divulgados e publicados no *website* institucional. Em seguida serão relatados os resultados observados nos Demonstrativos dos Fluxos de Caixa da referida entidade do setor público. O material de análise bibliográfica compreende a literatura sobre a

questão, os documentos públicos e as fontes envolvidas no assunto, conforme esclarece Motta-Roth e Hendges (2010).

Os resultados observados servirão para atender aos objetivos, conforme destacados na Quadro 1:

Quadro 1. Objetivos geral e específicos da pesquisa

Objetivo geral	Objetivos específicos
<p>Demonstrar como a DFC auxilia na gestão, planejamento, transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás – referentes ao período 2015 a 2017.</p>	<p>1. Identificar se a Instituição tem atendido aos princípios das NBCT's;</p>
	<p>2. Perceber quais os impactos da obrigatoriedade da apresentação deste demonstrativo – DFC, na prestação de contas da entidade - IFG;</p>
	<p>3. Analisar as informações geradas pelas DFC's quanto ao desempenho dos fluxos de caixa, de acordo com os normativos estudados no referencial teórico;</p>
	<p>4. Demonstrar a importância da percepção dos gestores quanto ao uso da DFC na tomada de decisão;</p>
	<p>5. Relatar, por meio dos documentos pesquisados, alguma recomendação e/ou orientação, caso houver, sobre a DFC no período indicado acima.</p>

Fonte: Própria

3.3 Enquadramento metodológico

Como procedimento metodológico, ponderado na metodologia do estudo de caso, Yin (2010) entende como sendo essa forma de análise a preferida dos estudiosos e pesquisadores por lhes proporcionar indagações sobre “como” e “por quê”, principalmente se os mesmos não detêm domínio sobre as questões. Porém, essa metodologia exigirá do investigador uma noção mais consistente sobre o assunto, para sustentar o resultado a ser encontrado.

Yin (2010) defende ainda que os constructos são considerados válidos quando o pesquisador utiliza quatro princípios básicos: empregar múltiplas fontes de evidência, ou seja, realizar a triangulação, como forma que visa confrontar as informações de diferentes fontes; criar uma base de dados do estudo de caso; manter o encadeamento de evidências; e ter cuidado no uso de dados de fontes eletrônicas.

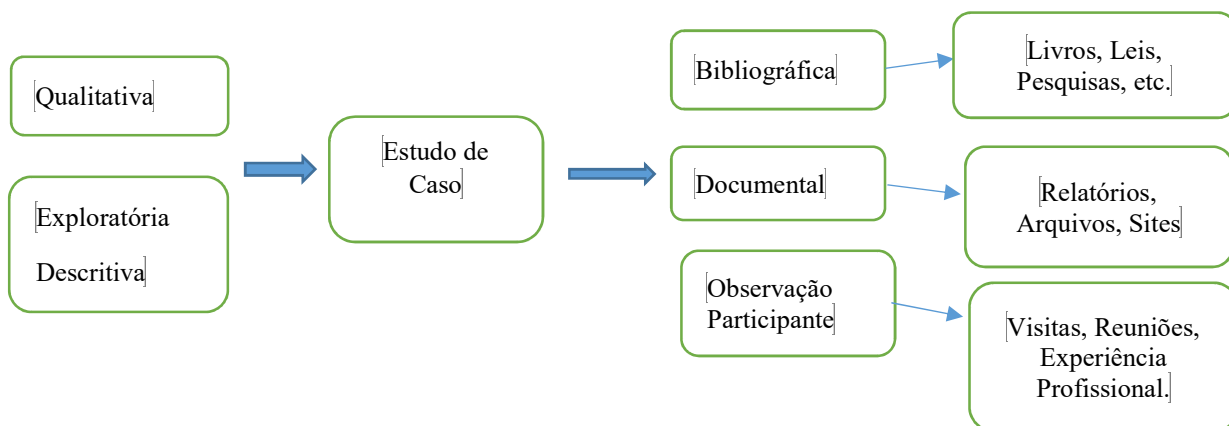
Prodanov (2013, pp. 64-65) assevera que “a triangulação é um caminho seguro para a validação da pesquisa, como uma alternativa que garante rigor, riqueza e complexidade ao estudo”. Nesse caso, escolheu-se a triangulação por fontes, que serão validadas através da pesquisa bibliográfica, análise documental e observação participante. Esta última se dará através da interação entre a pesquisadora e os membros envolvidos, direta ou indiretamente, na elaboração das informações que compõem a DFC do Instituto Federal de Goiás.

Vale ressaltar que ao mesmo tempo em que o pesquisador coleta dados por meio da observação participativa no cotidiano, ele usa a própria linguagem e conceitos dos informantes para descrever as informações percebidas.

Em resumo, a triangulação possibilita um maior número de informações, produzindo conhecimento e aprofundamento em diferentes níveis, ou seja, significa que eles vão além daquele possibilitado por uma única abordagem, e contribui para promover fiabilidade no resultado da pesquisa.

Diante disso, o Esquema 1 demonstra a metodologia trabalhada para atender aos objetivos:

Esquema 1. Metodologia da Pesquisa



Fonte: Própria

3.4 Caracterização da amostra

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, criado a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, expandiu-se significativamente. Partiu da atuação de 2 campi até 2007 para 14 atualmente: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso.

O Instituto Federal de Goiás é uma autarquia federal com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. Uma instituição que vai desde a educação básica e profissional, pluricurricular e multicampi, até a educação superior e pós-graduação, especialista na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Tem por objetivo formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada (IFG, 2017).

A estrutura organizacional do IFG é constituída atualmente pela Reitoria e os 14 campi, cada um composto por estrutura própria. A Reitoria, por sua vez, localizada na capital do Estado de Goiás, em Goiânia, é composta por: Gabinete, Diretoria Executiva e as Pró-Reitorias de Administração, Desenvolvimento Institucional, Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão (Conforme Anexo A).

Importa detalhar, para o objetivo deste trabalho, que a PROAD é composta, além da Coordenação Executiva, pela Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária, Diretoria Financeira e Diretoria de Projetos e Infraestrutura. A PROAD é a instância responsável pela proposição, pelo planejamento do orçamento e acompanhamento da gestão patrimonial, administrativa e financeira da Instituição (Conforme Anexo C e Anexo D).

De acordo com Silva (2015, p. 18), “essa instituição centenária passou por diversas mudanças desde a sua gênese até a criação da Rede Federal de Educação Profissional, o que culminou na expansão de um projeto de sucesso reconhecido pela sociedade brasileira”.

Para a produção dos dados a serem analisados, após a fundamentação teórica foi acessado em 20 de junho de 2018, o website institucional do IFG através do endereço eletrônico <http://www.ifg.edu.br>. Em seguida, foi realizada a busca por documentos institucionais, direcionada ao endereço eletrônico <https://www.ifg.edu.br/relatorios-de-gestao>, no qual constam todos os arquivos necessários em pdf. Da mesma maneira, procedeu-se à pesquisa dos relatórios de auditoria, os quais estavam disponibilizados no endereço eletrônico <https://www.ifg.edu.br/component/content/article/17-ifg/auditoria-interna/1725-relatorios-de-auditoria-anual-de-contas>, da Reitoria do Instituto Federal de Goiás.

Em seguida, procedeu-se à leitura e análises dos dados e informações disponibilizadas nos relatórios de gestão e de auditoria referentes ao período compreendido entre 2015 a 2017.

3.5 Recolha de dados

Para proceder à coleta de dados adotou-se o método de estudo de caso, uma vez que esse é tido como um procedimento muito utilizado por pesquisadores no intuito de aprofundar conhecimentos a respeito de determinado assunto. Entende-se que os instrumentos de coleta de dados mais abordados pelas ciências sociais no campo da Contabilidade sejam a observação, os questionários, as entrevistas, os checklists e a pesquisa documental.

De acordo com Gil (2017, pp. 118-119), “após definir a unidade-caso a ser pesquisada, o recolhimento dos dados pode-se dar através dos documentos, relatórios e observações, de maneira a demonstrar mais credibilidade a investigação”. Corroboram Marconi e Lakatos (2010, p. 149) que “são vários os procedimentos para a realização da coleta de dados, que variam de acordo com as circunstâncias ou com o tipo de investigação”.

A pesquisa através de documentos, ou pesquisa documental poderá ser confundida com a bibliográfica, porém, conforme alertou Gil (2017, p. 65), “a diferença está na fonte das pesquisas”. Enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza-se das contribuições de vários autores sobre o tema, a documental baseia-se em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Desta maneira, procedeu-se primeiramente, esta pesquisa, a partir de consulta às leis, normas, resoluções, livros, artigos e principalmente material disponibilizado na internet, visto que ela permite o acesso às publicações de órgãos brasileiros envolvidos no processo de convergência e normatização, como a Secretaria do Tesouro Nacional, o Conselho Federal de Contabilidade, entre outros.

Quanto à pesquisa documental, ela pode ser classificada como primária e secundária. Na primária, são documentos que não sofreram qualquer tipo de tratamento, como filmagem, gravações jornalísticas, contratos, diários, fotografias, etc. Na secundária, são documentos que sofreram tratamento analítico, como os relatórios de pesquisa, relatórios de auditorias, de empresas, tabelas estatísticas, e outros.

Após a pesquisa bibliográfica, procedeu-se às análises dos relatórios de gestão e dos relatórios de auditoria, atentos às informações pertinentes à elaboração e composição da DFC, observando quanto ao atendimento da legislação apresentada na revisão de literatura, e demais objetivos propostos para esta investigação.

A observação participante permite ao observador participar ativamente nas atividades de recolha de dados (Beuren, & Raupp, 2013). Assim sendo, foi utilizada como uma técnica e um dos principais meios para conseguir as informações, através da interação com o grupo, participando das atividades diárias e observando por meio das experiências vividas como profissional atuante na área contábil da instituição investigada. Com isso, a pesquisadora buscou compreender como os gestores percebem a importância da DFC nos seus atos de gestão.

Tais observações se constituíram, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, nas atividades cotidianas do campus Valparaíso, e também nas visitas à Reitoria, por meio de conversas e questionamentos aos gestores, como o Pró-reitor, ao Diretor de Planejamento e Gestão Orçamentária e à Diretora de Contabilidade e Execução Financeira.

A seguir serão apresentados a análise dos dados coletados e os resultados apurados, demonstrando se atenderam às questões elencadas e se elas foram respondidas de acordo.

3.6 Análise e apresentação dos resultados

Para Raupp e Beuren (2013, p. 136),

quando se fala em analisar dados, espera-se que o estudante consiga sumariar os dados coletados para transformá-los em informações que sustentem um raciocínio conclusivo sobre o problema proposto no trabalho monográfico. Já na fase de interpretação dos dados, deverá haver uma correlação dos dados coletados com a base teórica que sustentou a pesquisa.

Dessa maneira, todo o material coletado poderá receber tratamento analítico e ser interpretado pelo pesquisador.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a análise e a interpretação dos dados se inter-relacionam; entretanto, distinguem-se conceitualmente. Na análise, busca-se evidenciar as relações entre os fenômenos estudados e outros fatores. Já a interpretação diz respeito à atividade intelectual que procura dar significado a tudo o que foi coletado, esclarecendo a relação existente entre os objetivos propostos e o problema de pesquisa.

Ainda de acordo com os autores, deve-se ter atenção aos seguintes aspectos: primeiro, o planejamento bem elaborado da pesquisa facilitará a análise e interpretação; e segundo, a complexidade ou a simplicidade das hipóteses ou dos problemas exigirá mais ou menos esforço e conseqüente verificação.

Para Gil (2017), a análise e a interpretação dos dados nos estudos de caso não têm uma seqüência padronizada, porém há que se considerarem as fases da maioria das pesquisas dessa modalidade. A codificação dos dados consistiu em detalhar os conceitos encontrados na análise dos documentos, das entrevistas e das observações. Os dados foram analisados face ao estudo para a revisão de literatura e por meio do material obtido no transcorrer do processo investigatório, ou seja, a bibliografia, os documentos acessados e os relatos das observações. Em seguida, procedeu-se à análise de conteúdo dos dados coletados, com o intuito de relacioná-los e, assim, responder às questões ligadas aos objetivos da pesquisa.

3.6.1 Observações realizadas nos Relatórios de Gestão e de Auditoria

Ao se analisarem as observações contidas nos Relatórios de Gestão e de Auditoria, buscaram-se todas as informações que se referissem aos itens pertencentes às demonstrações

dos fluxos de caixa, e ainda, todo e qualquer assunto que impactasse principalmente os ingressos e desembolsos relativos ao período em questão.

No Relatório de Gestão de 2015¹, observou-se, nas páginas 27 a 36, a demonstração das várias despesas empenhadas, liquidadas e pagas durante o exercício, e destacou-se a limitação orçamentária e financeira sofrida pela instituição devido ao contingenciamento do orçamento federal. Essa limitação reduziu cerca de 47% do investimento previsto inicialmente, além de impactar em atrasos na medição das obras e, conseqüentemente, no pagamento de faturas.

No capítulo 6, páginas 103 a 106, tratou-se sobre o “desempenho financeiro e relatórios contábeis”, indicando apenas dados referentes ao Ativo e Passivo, ou seja, itens relativos ao Balanço Patrimonial. Porém, observa-se que o item “Caixa e Equivalentes em moeda nacional”, em seu saldo total de dezembro de 2015, confere corretamente com o saldo final demonstrado na DFC de 2015 (anexo IV do Relatório de Gestão, pp. 173-175).

No relatório de Auditoria 2015², constatou-se uma observação importante: o empenho e a liquidação do Bolsa Pronatec³ foram entendidos como uma suplementação orçamentária, na ordem de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais).

É de suma importância ressaltar que mesmo diante das retrações orçamentárias e financeiras, a Instituição buscou replanejar e primar pelo atendimento e manutenção do objetivo nobre dessa entidade, que é o ensino de qualidade.

No que se refere às constatações do Relatório de Gestão de 2016⁴, os quadros referentes ao “Desempenho Orçamentário do IFG”, demonstrados nas páginas 30 a 44, apresentaram valores referentes às despesas orçadas, empenhadas e liquidadas durante o período em questão. Em seqüência à página 44, fez-se uma importante observação: “Houve suplementação orçamentária ao longo de 2016 no valor de R\$ 47.229.273,00, sendo quase na

¹ Recuperado em 20 de junho de 2018, de https://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/RG_IFG_2015.pdf

² Recuperado em 20 de junho de 2018, de <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/1725/2015%20-%20RA201601459.pdf>.

³ Refere-se ao auxílio financeiro aos estudantes do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do governo federal.

⁴ Recuperado em 20 de junho de 2018, de <http://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/Rlat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202016.pdf>

sua totalidade para pagamento de pessoal, encargos sociais e benefícios da Instituição, e R\$ 600.000,00 para investimento”. (RG-2016, pp. 44-45).

Diante de vários s fatores impeditivos para execução orçamentária por parte do IFG, o mesmo conseguiu apresentar um desempenho a contento, replanejando as ações, devido às limitações orçamentárias e financeiras, chegando à execução de quase a totalidade do orçamento previsto em lei⁵.

Demonstrou-se, por meio da NE 07, página 48 e seguintes, as “Receitas e Execução da Despesa”, nas quais importou frisar que os valores referentes às “Receitas Derivadas e Originárias” demonstradas na DFC de 2016 (apêndice A) conferiram perfeitamente com as informadas na “Tabela 1 Receitas”. Entretanto, o mesmo não ocorre com os valores apresentados em “Desembolsos”, relativos ao grupo das despesas demonstradas no “Quadro 26 - Execução da Despesa”, no qual foi observada uma diferença.

Ao verificar tal diferença com a diretoria de contabilidade, foi informado que os dados das contas são agrupados automaticamente pelo sistema eletrônico contábil e não foi realizada conciliação das contas a fim de identificar inconsistência de valores.

Quanto ao Relatório de Auditoria do mesmo ano (2016), pode ser consultado através do endereço eletrônico <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao032017raint.pdf> (recuperado em 20 de junho de 2018).

Observou-se que havia a proposta inicial de se analisar as demonstrações contábeis, como foi destacado no item “23. Analisar as demonstrações contábeis do IFG”, no tópico que refere “Ações previstas para o exercício de 2016”, do referido relatório. Porém, não se concluiu, como foi informado no tópico “**II - Ações Previstas e não realizadas no exercício 2016**”, item “3. Análise das demonstrações contábeis”.

Por último, o Relatório de Gestão de 2017, pode ser acessado pelo endereço eletrônico https://www.ifg.edu.br/attachments/article/239/Relatorio_Gestao_IFG_2017_TCU.pdf (recuperado em 20 de junho de 2018).

Destacaram-se as informações através dos quadros referentes ao “Desempenho Orçamentário do IFG”, demonstrados nas páginas 42 a 59, valores referentes as despesas

⁵ LOA – Lei Orçamentária Anual aprovada a cada ano pelo governo federal.

orçadas, empenhadas e liquidadas durante o ano 2017. Em seguida, ressaltaram sobre os cortes orçamentários sofridos em anos anteriores e que se repetiu no ano de 2017. Conforme foi descrito no relatório,

a execução das ações orçamentárias pelo IFG ao longo do exercício de 2017 foram afetadas pelo contingenciamento de parte do orçamento do Instituto, seja nas ações de custeio quanto de capital. As incertezas sobre a possibilidade de execução orçamentária em sua totalidade acarretarão perda nas ações das atividades finalísticas da Instituição e ressaltando também que durante todo o exercício, a Instituição apesar de ter crédito disponível, só poderia empenhar os valores constantes na conta única limite a utilizar, sendo estes sempre valores abaixo do previsto para funcionamento e manutenção da Instituição. Assim, para garantir às ações de custeio, as ações para aquisições de equipamentos e materiais permanentes foram realizadas principalmente no final do ano. (RG-2017, p. 60).

Os Quadros 29 e 30 – Receita Realizada, na página 63, apresentaram informações sobre as receitas realizadas, que, em confronto com as os valores referentes às “Receitas Derivadas e Originárias”, ora demonstradas na DFC de 2017 (Quadros 83 e 95 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa), conferem perfeitamente com as informadas nos quadros 29 e 30.

No Quadro 31 – Execução da Despesa e no Quadro 33 – Despesas Correntes e de Capital, foram demonstrados os valores totais das despesas empenhadas, liquidadas e pagas durante o ano 2017. Ao confrontar com os valores demonstrados no grupo dos “Desembolsos” da DFC de 2017 (Quadro 83, pp. 191-193), foram identificadas diferenças entre os valores. Portanto, ao questionar a diretoria de contabilidade sobre tal diferença, foi informado que os dados das contas são agrupados automaticamente pelo sistema eletrônico contábil e não foi realizada conciliação das contas a fim de identificar inconsistência de valores.

No capítulo 6 – “Desempenho Financeiro e Informações Contábeis”, apesar de disponibilizarem todas as demonstrações contábeis exigidas pela legislação, item 6.4 “Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas”, foram ressaltadas as informações referentes ao Ativo Imobilizado, suas respectivas movimentações e ajustes de depreciações. Deu-se destaque à implantação do “sistema de depreciação, amortização e exaustão, em conformidade com a NBCT-16.9” e à metodologia aplicada em observação aos critérios específicos a cada bem. Deu-se mais detalhes em nota explicativa (Nota 11 – Imobilizado).

Em seguida, explicou-se, através da nota explicativa (NE 10 e 12), sobre “Obrigações Contratuais” e “Fornecedores e Contas a Pagar”, que são itens do Passivo Circulante. Como foi observado no relatório do ano 2016, mais uma vez deu-se destaque ao Balanço Patrimonial.

No relatório de auditoria de 2017, o qual pode ser consultado através do endereço eletrônico <https://www.ifg.edu.br/attachments/article/90/Resolucao%2005%202018.pdf> (recuperado em 20 de junho de 2018), observou-se que havia proposta inicial de se verificarem informações contábeis, como foi destacado no item “11. Verificar lançamentos dos atos e fatos contábeis do IFG”, no tópico que se referia a “Ações previstas para o exercício de 2017”, do referido relatório. Conforme foi descrito no tópico 11, página 5, “os lançamentos dos atos e fatos contábeis foram verificados por amostragem no campus Senador Canedo. O trabalho focou nos lançamentos dos registros do patrimônio e de depreciação no exercício de 2017”. E como aconteceu no ano anterior, focou-se nos itens do Balanço Patrimonial.

3.6.2 Análises das DFC's 2015, 2016 e 2017

Com base nas DFC's publicadas pelo IFG e anexadas aos relatórios de gestão, podem-se produzir algumas informações e corroborar os relatos emitidos nos relatórios de gestão. Sintetizam-se as DFC's em uma única, dispondo os três exercícios estudados no Apêndice A.

As demonstrações de fluxos de caixa seguem a estrutura sugerida pelo Manual (MCASP, 2017) e são produzidas pelo método direto. As informações quanto aos Ingressos, Desembolsos e Fluxos de Caixa, totalizados por ano, acham-se resumidas nos quadros abaixo:

Quadro 2. Atividades Operacionais

Atividades Operacionais	2015	2016	2017
Ingressos	371.690.325,73	430.871.420,97	482.962.411,89
Desembolsos	(257.337.297,82)	(413.871.180,10)	(470.555.512,86)
Fluxos de Caixa Operacional	14.353.027,91	17.000.240,87	12.406.899,03

Fonte: Elaboração própria.

Explicação: Os ingressos das atividades operacionais de cada ano cobriram os desembolsos operacionais, deixando o resultado superavitário em cada exercício. De acordo com os relatos dos relatórios de gestão, foi observada uma redução nos fluxos de caixa devido a reduções nos repasses financeiros, significativamente de 2015 para 2017.

O próximo quadro demonstra as atividades de investimentos nos anos 2015, 2016 e 2017:

Quadro 3. Atividades de Investimentos

Atividades de Investimentos	2015	2016	2017
Ingressos	0,00	0,00	0,00
Desembolsos	(14.386.122,07)	(15.155.501,44)	(13.318.542,90)
Fluxos de Caixa de Investimentos	(14.386.122,07)	(15.155.501,44)	(13.318.542,90)

Fonte: Elaboração própria.

Explicação: Quanto aos fluxos de caixa de investimentos, não houve quaisquer ingressos para cobertura dos desembolsos, ficando os fluxos deficitários. Foram cobertos, porém, pelos fluxos de caixa das atividades operacionais.

Quanto aos fluxos de financiamentos, não houve movimentação nem ingressos e nem desembolsos.

O próximo quadro demonstra como as atividades operacionais cobriram as atividades de investimentos em termos percentuais, e como ficou o fluxo total das atividades em cada ano.

Quadro 4. Fluxos de Caixa - 2015

Fluxos de Caixas	Em \$	2015
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	14.353.027,91	100%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(14.386.122,07)	100,2%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	0,00	0%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(33.094,16)	0,2%

Fonte: Elaboração própria.

Explicação: No ano de 2015, os fluxos operacionais não conseguiram cobrir os fluxos de financiamentos, deixando uma situação deficitária em 0,2%, conforme demonstrado.

Quadro 5. Fluxos de Caixa - 2016

Fluxos de Caixas	Em \$	2016
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	17.000.240,87	100%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(15.155.501,44)	89%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	0,00	0%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(1.844.739,43)	11%

Fonte: Elaboração própria.

Explicação: Em 2016 a situação ficou superavitária em 11%, devido aos fluxos operacionais serem suficientes para cobertura dos fluxos de investimentos.

Quadro 6. Fluxos de Caixa - 2017

Fluxos de Caixas	Em \$	2017
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	12.406.899,03	100%
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos	(13.318.542,90)	107%
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamentos	0,00	0%
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(911.643,87)	7%

Fonte: Elaboração própria.

Explicação: A situação de 2017 ficou deficitária em 7%, devido aos fluxos operacionais não serem suficientes para cobrir os fluxos de investimentos.

Analisando os fluxos de caixa no decorrer dos anos 2015, 2016 e 2017, caso não houvesse saldos de caixa de exercícios anteriores, em 2017 a geração líquida de caixa sofreria uma redução significativa; no entanto, ainda estaria com saldo positivo em R\$ 900.001,40, conforme a simulação a seguir.

Quadro 7. Apuração dos Fluxos de Caixa.

Apuração do Fluxo de Caixa	2015	2016	2017
Geração líquida de Caixa e Equivalente	-33.094,16	1.844.739,43	-911.643,87
Caixa e Equivalente Inicial	0,00	-33.094,16	1.811.645,27
Caixa e Equivalente Final	-33.094,16	1.811.645,27	900.001,40

Fonte: Elaboração própria.

A maior fonte de recursos do IFG é por repasse do Governo Federal, através do SPO (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC). Entretanto, observou-se que além dos cortes orçamentários, houve redução no ingresso de recursos próprios (taxas de inscrições de

vestibulares), devido ao aumento de ingressantes pelo sistema ENEM, conforme os relatos dos relatórios de gestão de 2015, 2016 e 2017 e apresentado no quadro a seguir.

Quadro 8. Receitas de Serviços

Período	2015	2016	2017
Receitas de Serviços	944.662,24	789.173,65	541.480,90

Fonte: Elaboração própria.

Houve uma redução significativa na arrecadação, de acordo com o relatório de gestão de 2017: “As receitas realizadas, provenientes de inscrições em concursos e processos seletivos, representam 43,86% do montante arrecadado no exercício e a frustração na arrecadação dessa receita se deve a substituição do vestibular pelas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)”.

Em termos percentuais, apurou-se que do ano 2015 para 2016, reduziu-se a arrecadação em 16,5%, e do ano 2016 para 2017 apurou-se uma redução de 31,4%. Tais resultados comprovam os relatos acima, em que as reduções da receita deveram-se à diminuição das inscrições em processos seletivos realizados pelo sistema ENEM, e não pelo pagamento de taxa de inscrição.

Ainda se observou uma redução nos desembolsos relativos aos investimentos, conforme foi mencionado nos relatórios de gestão de 2016 e 2017, em aproximadamente 7,4% acumulados os anos 2015, 2016 e 2017. Isso se deveu, principalmente, ao contingenciamento do orçamento federal para os investimentos na área da educação.

3.7 Discussão e respostas às questões investigadas

“O método de análise por conteúdo, entende-se como uma forma de estudar as comunicações entre os homens, com maior ênfase no conteúdo das mensagens. De certa forma, o método privilegia dados qualitativos, embora seja aplicável na abordagem quantitativa”. (Raupp, & Beuren, 2013, p.137).

Assim, toda análise de conteúdo deve estar intimamente ligada aos objetivos da pesquisa, e o pesquisador precisa ter uma noção mais consistente do assunto abordado para melhor sustentar a análise dos dados coletados. Desta maneira, procede-se à contextualização dos resultados em relação aos objetivos da investigação.

O primeiro objetivo específico (identificar se a Instituição tem atendido aos princípios das NBCT's), observou-se que foi atendido, tendo como principal orientador para o cumprimento das normas aplicáveis ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). É notório que o IFG tem buscado seguir as orientações ao publicar as demonstrações contábeis e notas explicativas fazendo referência à Lei 4.320/64, e seguindo a estrutura sugerida pelo Manual, demonstrando as movimentações do patrimônio público.

Com isso, a Instituição atende ao que o MCASP indica: “Contribuir para a qualidade da contabilidade pública através do processo de elaboração e execução do orçamento” Assim, atinge o seu objetivo, que é o de demonstrar as movimentações do patrimônio público de forma transparente e confiável, perante os usuários dos serviços públicos. E promove a transparência e confiabilidade dos atos públicos.

Quanto ao segundo objetivo específico (perceber quais os impactos da obrigatoriedade da apresentação deste demonstrativo – DFC, na prestação de contas da entidade – IFG), a Instituição está seguindo as orientações das normas e do Manual (MCASP), como a elaboração e apresentação da DFC nos relatórios de gestão, aplicando o método direto. Observou-se que os impactos percebidos ainda são sutis, tendo em conta a exigência para a elaboração do demonstrativo (DFC) ser ainda recente, porém, houve acréscimos em nível informacional, evidenciando dados que antes, talvez, não fossem demonstrados.

Quanto ao terceiro objetivo específico (analisar as informações geradas pelas DFC's quanto ao desempenho dos fluxos de caixa, de acordo com os normativos estudados no referencial teórico), segundo Castro (2015, p. 276), “analisar uma Demonstração de Fluxos de Caixa não requer muita técnica”.

Ao se realizar uma simples análise dos fluxos de caixa disponibilizados nos relatórios, foram gerados outros dados que acrescentaram e confirmaram as informações das prestações de contas. Como exemplo, os fluxos das atividades operacionais apresentaram-se superavitários nos exercícios analisados.

A partir dessa análise, pode-se concluir que a DFC permite entender como uma boa gestão e execução dos recursos disponíveis em determinado período é possível. Porém, outras análises poderão ser propostas para a gestão financeira, buscando-se as orientações do MCASP e indicações dos autores citados no referencial teórico, e, dessa forma, auxiliar os

gestores na adequada tomada de decisão e futuras projeções para a manutenção dos serviços prestados.

O quarto objetivo específico (demonstrar a importância da percepção dos gestores quanto ao uso da DFC na tomada de decisão) apurou que os gestores da Instituição estão lotados principalmente na Reitoria – órgão executivo que tem por atividade principal organizar sua gestão a partir das diretrizes gerais, de forma a garantir a unicidade e a identidade da Instituição no Estado de Goiás. (Conforme Anexo B). Porém, foi na PROAD que se obteve acesso aos informantes para as principais observações, como ao Pró-reitor, ao Diretor de Planejamento e Gestão Orçamentária e à Diretora de Contabilidade e Execução Financeira.

A partir das observações realizadas em visitas locais, em reuniões e conversas informais com gestores, na execução dos trabalhos cotidianos e experiências profissionais no meio administrativo e contábil da Instituição, a pesquisadora percebeu que embora valorizassem a DFC, ainda carece de mais informações para que a Demonstração de Fluxos de Caixa seja utilizada como outras demonstrações contábeis, por exemplo, o Balanço Patrimonial.

Outra percepção é de que a situação atual em que se encontra a situação da Instituição, com os cortes e atrasos nos repasses de recursos financeiros, tem afetado o processo de liquidação dos compromissos e, conseqüentemente, um acompanhamento dos fluxos financeiros. Com isso, fica afetado o planejamento real baseado nos fluxos financeiros.

Acredita-se, porém, que mesmo diante do cenário de imprevistos, a DFC é um importante instrumento de análise para complementar os dados da posição e do desempenho financeiro da instituição.

Mediante leitura e observações realizadas nas atas referentes as reuniões do CONSUP (Conselho Superior do IFG), no período de 2015 a 2017, verificou-se que não houve menção quanto ao tema “demonstrações contábeis”, em especial à DFC. As atas poderão ser acessadas pelo endereço eletrônico <https://www.ifg.edu.br/conselhos/consup?showall=&start=2> (recuperado em 16 de julho, 2018).

O Conselho Superior do Instituto Federal de Goiás (IFG) é o órgão máximo da instituição. Possui caráter consultivo e deliberativo e competência para aprovar o plano de

desenvolvimento institucional, apreciar as contas do exercício financeiro, aprovar o projeto político-pedagógico, dentre outros.

Após conferir as 21 (vinte e uma) atas, entre os diversos assuntos pertinentes à Instituição, não houve nenhuma pauta que tratasse sobre a temática “Demonstrações Contábeis”. Constatou-se, que em algumas reuniões, tratou-se sobre a aprovação dos relatórios de gestão e de auditoria, apenas.

Sugere-se, entretanto, que os envolvidos na elaboração e demonstração das informações concernentes à DFC sejam proativos nas oportunidades como em reuniões com gestores para que os mesmos percebam e despertem o interesse em relação às informações nela contidas. Dessa forma, as análises podem ser mais profundas e, assim, os objetivos dessa demonstração se evidenciem.

Quanto ao quinto e último objetivo específico (relatar através dos documentos pesquisados alguma recomendação e/ou orientação, caso houver, sobre a DFC, no período indicado acima), observou-se que em nenhum dos documentos analisados, houve o registro de quaisquer orientações e/ou recomendações sobre as demonstrações contábeis, menos ainda, à DFC.

Desta maneira, o objetivo principal (demonstrar como a DFC auxilia na gestão, planejamento, transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás – referentes ao período 2015 a 2017) é alcançado ao se analisarem os resultados observados e apresentados acima.

Como foi demonstrado, a DFC é importante como relevante peça contábil, para atender os requisitos exigidos pela legislação e para auxiliar nas informações prestadas aos usuários do serviço prestado pela Instituição.

Como citado anteriormente, a NBC T 16.3 informa que “o planejamento sob o enfoque contábil tende a contribuir para a integração com a contabilidade, permitindo comparar suas metas programadas com as realizadas, e evidenciar as diferenças relevantes por meio de notas explicativas”.

Entretanto, as DFC’s estudadas, no tocante a contribuírem ao planejamento e tomada de decisão dos gestores, evidenciaram-se um tanto carentes. Ainda são necessárias mais

informações, quanto à importância dessa demonstração, quanto aos dados nela contidos, para que sejam estudadas e possam permitir análises mais profundas e projeções futuras para auxiliar na tomada de decisões.

No tocante à transparência, são várias as pesquisas e autores que enfatizam a relevância deste tema em relação aos demonstrativos contábeis. São peças fundamentais para que as práticas governamentais sejam demonstradas de forma clara e transparente, contribuindo para a confiabilidade nas informações neles apresentadas. E não é diferente o que ocorre neste estudo, pois com as informações disponibilizadas nas DFC's da Instituição, atende-se prontamente a esse item.

E por fim, ficou evidente que a gestão se utiliza desse demonstrativo em seus atos e o apresenta nas prestações de conta de cada exercício.

Conclusão

A presente investigação teve como objetivo principal demonstrar como a DFC auxilia na gestão, no planejamento, na transparência e prestação de contas do Instituto Federal de Goiás – referentes ao período 2015 a 2017. Buscou-se suporte no referencial teórico mediante descrição da legislação, da história e dos conceitos de vários pesquisadores interrelacionados às pesquisas nacionais e internacionais. Além disso, realizaram-se observações e análises em documentos publicados no site institucional, como os relatórios de gestão e de auditoria.

A revisão de literatura evidenciou as recomendações dos organismos internacionais, adicionadas às experiências internacionais quanto à adoção das IPSAS. O governo brasileiro percebeu a necessidade de instituir o processo de convergência e padronização das regras aplicadas ao setor público.

As instituições públicas têm buscado adequar as normas brasileiras (NBCT) às normas internacionais, de maneira a atender às exigências dos usuários das informações contábeis e contribuir no processo da tomada de decisões.

No setor governamental em diversos países, de acordo com pesquisas internacionais, a DFC tem sido cada vez mais divulgada e orientada, dado os principais interessados na informação e dada a especificidade do relatório em questão. A DFC foi elaborada de forma a atender os princípios regidos tanto na contabilidade geral como nas leis que tratam especificamente da contabilidade do setor público.

Mediante o estudo empírico amparado em análises documentais e observações participativas, concluímos que o Instituto Federal de Goiás, autarquia federal, prestadora de serviços na área da educação, tem um papel relevante no atendimento aos usuários do serviço e no cumprimento das normas concernentes à elaboração e publicação da DFC da Instituição.

Os impactos percebidos desde a adoção das normativas relativas à DFC são de conteúdo informacional, permitindo acessar dados antes não evidenciados na prestação de contas da entidade. Através desses dados, foram possíveis análises quanto ao desempenho dos fluxos de caixa, seguindo orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), como a constatação da redução na arrecadação das taxas de inscrições de “ingressos” no período de 2015 a 2017.

A pesquisa também permitiu demonstrar aos gestores a importância de se analisarem os dados contidos nessa demonstração, que, em conjunto com as outras demonstrações

contábeis, trará, aos gestores desta entidade, a transparência na utilização dos recursos, permitirá análises mais complexas dos fluxos de caixa de determinado período, bem como contribuirá para a elaboração das previsões orçamentárias e decisões administrativas futuramente.

Como não se percebeu nenhuma orientação e/ou recomendação nos relatórios analisados, permitiu-se uma sugestão de que os envolvidos na elaboração e apresentação das informações geradas pela DFC possam transmitir e reforçar a importância de se utilizarem tais dados para análises e possíveis implementações nas decisões tomadas pelos gestores da Instituição.

Considerando as observações e contexto geral, entende-se que a DFC é importantíssima, entretanto, ainda carece de mais informações e divulgação quanto à sua utilidade, principalmente no meio onde ela foi elaborada e construída, em reuniões com os gestores, evidenciando os dados que são importantes para se realizarem as análises em conjunto com os outros relatórios. Desta maneira, a DFC permitirá detalhamento de diferenças ora mencionadas nas análises anteriores, ainda que seus objetivos, como o desempenho dos fluxos de caixa das atividades da instituição, possam contribuir com o planejamento, a transparência, a prestação de contas e tomada de decisão dos gestores, efetivamente.

É nossa convicção que a DFC contribuirá com o planejamento através das informações geradas nos exercícios anteriores, permitindo aos gestores utilizá-las para as previsões de orçamentos posteriores. Em consequência, as informações apresentadas contribuem com a transparência dos atos públicos, permitindo aos usuários e contribuintes perceber como tem sido aplicado o seu dinheiro. A prestação de contas do patrimônio público ocorre através da publicação dos relatórios; e de acordo com as informações neles contidas, poderão ser tomadas decisões futuras sobre o orçamento.

Por outro lado, esta dissertação apresentou limitações no tocante à existência de pouquíssimas investigações que tratassem da DFC no setor público, e principalmente em entidades de educação pública. Deste modo, a generalização dos resultados não permitiu, em nível de discussão, que esses fossem reportados a outras entidades governamentais. Entretanto, tal generalização possibilitou a sugestão de que mais trabalhos sejam realizados, nas seguintes linhas:

- A Demonstração de Fluxos de Caixa como instrumento para o planejamento, orçamentário e financeiro em instituições de ensino em determinada região Centro-Oeste, Sudeste ou Norte do Brasil;
- Análises dos fluxos de caixa por atividades em instituições educacionais da Rede Federal confrontando o Orçamento Público da União;
- Atendimento das NBCT's pelas instituições educacionais dos estados e municípios;
- Comparabilidade entre as DFC's das instituições de ensino público e instituições de ensino privado, em determinado estado;
- DFC de Instituição de ensino público brasileiro Vs DFC de Instituição de ensino público português – semelhanças e diferenças.

Espera-se, por fim, que esta investigação tenha suscitado interesse aos pesquisadores da área contábil e contribuído com a pesquisa direcionada ao setor público tanto nacional quanto internacional.

Referências bibliográficas

- Adhikari, P., & Gårseth-Nesbakk, L. (2016). Implementing public sector accruals in OECD member states: Major issues and challenges. *Accounting Forum*, 40(2), 125–142. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.02.001>
- Antipova, T., & Bourmistrov, A. (2013). Is Russian Public Sector Accounting in the Process of Modernization? An Analysis of Accounting Reforms in Russia. *Financial Accountability & Management*, 29(4), 442–478. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/faam.12021>
- Baik, B., Cho, H., Choi, W., & Lee, K. (2016). Who classifies interest payments as financing activities? An analysis of classification shifting in the statement of cash flows at the adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(4), 331–351. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.11.003>
- Barton, A. (2011). Why Governments Should Use the Government Finance Statistics Accounting System. *Abacus*, 47(4), 411–445. Retrieved from https://econpapers.repec.org/article/blaabacus/v_3a47_3ay_3a2011_3ai_3a4_3ap_3a411-445.htm
- Benito, B., Brusca, I., & Montesinos, V. (2007). The harmonization of government financial information systems: the role of the IPSASs. *International Review of Administrative Sciences*, 73(2), 293–317. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0020852307078424>
- Beuren, I. M., Raupp, F. M., Longaray, A. A., de Sousa, M. A. B., Colauto, R. D., & Porton, R. A. de B. (2013). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Biondi, Y. (2017). *Harmonising European Public Sector Accounting Standards (EPSAS): Issues and Perspectives*. Retrieved from <https://basepub.dauphine.fr/handle/123456789/16940>
- Brusca, I., & Martínez, J.C. (2016). Adopção de Normas de Contabilidade do Setor Público Internacional: um desafio para modernizar e harmonizar a contabilidade do setor público. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 724–744. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0020852315600232>
- Brusca, I., Gómez-villegas, M., & Montesinos, V. (2016). *Public Management Reforms: The Role of Ipsas in Latin-America*. *Public Administration and Development*, 36(1), 51–64. Retrieved from <https://doi.org/10.1002/pad.1747>
- Brusca, I., Montesinos, V., & Chow, D. S. L. (2013). Legitimizing International Public Sector Accounting Standards (IPSAS): the case of Spain. *Public Money & Management*, 33(6), 437–444. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/09540962.2013.836006>
- Caiado, A. C. P., & Gil, P. M. D. (2014). *A demonstração dos Fluxos de Caixa* (2ª ed.). Lisboa: Areas.
- Castro, D. P. (2015). *Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Chan, J., & Yunxiao, X. (2008). *Setting government accounting standards: a comparative institutional analysis of China and The United States*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Retrieved from https://doi.org/DOI:http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0422-0_4
- Christiaens, J., Reyniers, B., & Rollé, C. (2010). Impact of IPSAS on reforming governmental financial information systems: a comparative study. *International Review of Administrative Sciences*, 76(3), 537–554. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0020852310372449>.
- Christiaens, J., Vanhee, C., Manes-Rossi, F., Aversano, N., & Cauwenberge, P. van. (2015). O efeito das IPSAS na reforma do relatório financeiro governamental: uma comparação internacional. *International Review of Administrative Sciences*, 81(1), 158–177. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/0020852314546580>
- Conselho Federal de Contabilidade (2010). *Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: IPSAS/IFAC*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. Recuperado de: www.portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/01/ipsas2010_web.pdf
- Conselho Federal de Contabilidade (2012). *Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: NBCs T 16.1 a 16.11/CFC*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, Recuperado de http://www.portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/setor_publico.pdf.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC), S. do T. N. (STN). (n.d.). Curso de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. *Disciplina 9 - Elaboração e Análise da Demonstração de Fluxos de Caixa e da Demonstração do Resultado Econômico*. Instrutores: Inaldo da Paixão e Diana Vaz. Recuperado de <https://slideplayer.com.br/slide/2570210/>
- Costa, A. de J. B., Nunes, M. V., & Almeida, A. P. de. (2016). A aplicação do manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios brasileiros: O caso do município de Cristópolis no Estado da Bahia. *Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI*, 3(2), 3–18. Recuperado de <https://doi.org/10.26694/2358.1735.2016.v3ed24249>
- de Carvalho Sanchez, A. F., & Maes, L. L. (2013). Uma análise das principais mudanças nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. *Revista Liceu On-Line*, 3(4). Recuperado de https://liceu.emnuvens.com.br/LICEU_ON-LINE/issue/view/60. Em 24 de janeiro de 2018.
- Dias, J. C. R., Pederneiras, M. M. M., Lopes, J. E. de G., & Macêdo, J. M. A. (2013). Um estudo sobre a complementaridade do fluxo de caixa e do balanço financeiro após aprovação da NBCASP 16.6 para o setor público. *Revista Reunir*, 3(3), 99–120. Recuperado de <http://revistas.ufcg.edu.br/reunir/index.php/uacc/article/view/156>
- Diniz, J. A., Silva, S. F. S. da, Santos, L. da C., & Martins, V. G. (2015). Vantagens da Implantação das IPSAS na Contabilidade Pública Brasileira: Análise da percepção dos membros do GTCON. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 9(3). Recuperado de <https://doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>
- Filho, J. E. (2015). *Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Fonseca, A. L. M. (2014). *A utilidade da demonstração de fluxos de caixa na ótica dos Técnicos Oficiais de contas* (Dissertação de mestrado). Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP). Recuperado de <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/6540>
- Foster III, T. W., McNelis, L. K., & Smith, W. L. (2012). The Statement of Cash Flows: An Indirect to Direct Conversion Tool to Enhance User Understanding and Analysis. *Journal of Accounting and Finance*, 12(2), 94. Retrieved from http://www.na-businesspress.com/jaf/mcnelislk_web12_2_.pdf
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gomes, P. S., Fernandes, M. J., & Carvalho, J. B. D. C. (2015). The International Harmonization Process of Public Sector Accounting in Portugal: The Perspective of Different Stakeholders. *International Journal of Public Administration*, 38(4), 268–281. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/01900692.2015.1001237>
- Goularte, J. L. L., Diaz, K. H. da S., Behr, A., & Ramos, T. J. F. (2015). *Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: Um estudo de campo nos municípios da região da campanha e fronteira oeste*. Recuperado de http://www.crcrs.org.br/.../novas_normas_brasileiras_aplicadas_setor_publico_788.pdf
- Harun, H., Eggleton, I., Peuyrsom, K. V., & Locke, S. (2016). *An Integrated Model of Institution and its Application in Understanding the Adoption of IPSAS in Indonesian Local Governments*. Revised Version. Retrieved from <https://www.researchgate.net/publication/306108382>
- International Federation of Accountings - IFAC (2000). *International Public Sector Accounting Standards _ IPSAS 02 – Cash Flow Statements*. May 2000. Retrieved from <http://www.iasb.org>
- Jones, R., & Caruana, J. (2016). Governmental accounting in Malta towards IPSAS within the context of the European Union. *International Review of Administrative Sciences*, 82(4), 745–762. Retrieved from <https://doi.org/10.1177/0020852315576705>
- Kohama, H. (2015). *Balanços públicos: teoria e prática* (3ª. ed.). São Paulo: Atlas.
- Laswad, F., & Redmayne, N. B. (2015). IPSAS or IFRS as the Framework for Public Sector Financial Reporting? New Ealand Preparer's Perspectives. *Australian Accounting Review*, 25(2), 175–184. Retrieved from <https://doi.org/10.1111/auar.12052>
- Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm
- Lima, S. C. de, & Diniz, J. A. (2016). *Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental*. São Paulo: Atlas.

- Lima, R. L. de. (2017). *A influência dos atores no processo de convergência da Contabilidade Pública Brasileira aos padrões internacionais* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23296>
- Luthardt, U. M. T., Zimmermann, J., Bulla, J., & Meier, A. R. (2008). *Global Accounting Standards – A Success Story? An Empirical Investigation of the First FASB & IASB Convergence Project* (SSRN Scholarly Paper No. ID 1135270). Rochester, NY: Social Science Research Network. Retrieved from <https://papers.ssrn.com/abstract=1135270>
- Marconi, M. de A. & Lakatos, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Marion, J. C., Dias, R., Traldi, M.C., & Marion, M. M. C. (2010). *Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Martins, E., Gelbcke, E.R., Santos, A. dos, & Iudicibus, S. de. (2013). Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC* (2ª, p. 651–666). São Paulo: Atlas.
- McInnis, J. & Collins, D. W. (2011). The effect of cash flow forecasts on accrual quality and benchmark beating. *Journal of Accounting and Economics*, 51(3), 219–239. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.005>
- Mellemvik, F. & Adhikari, P. (2010). The adoption of IPSASs in South Asia: a comparative study of seven countries. *In Research in Accounting in Emerging Economies*, 10, 169–199. Emerald Group Publishing Limited. Retrieved from [https://doi.org/10.1108/S1479-3563\(2010\)0000010012](https://doi.org/10.1108/S1479-3563(2010)0000010012)
- Melo, L. F. de S., & Ayres, C. A. M. de C. B. (2014). O Processo de implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público: desafios e perspectivas para a governança pública municipal em interface com o mercado e a sociedade /The Process of Implementation of Brazilian Standards... *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 11(3), 71–95. Recuperado de <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/509/350>
- Monteiro, B. R. P. & Gomes, R. C. (2013). International experiences with accrual budgeting in the public sector. *Revista Contabilidade & Finanças*, 24(62), 103–112. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/78823>
- Motta-Roth, D. & Hendges, G. R. (2010). *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Nagy, C. (2017). Performande of the public sector based on IPSAS. *Analele Universitatii 'Eftimie Murgu' Resita. Fascicola II. Studii Economice*, 172–180. Recuperado de <http://eds.b.ebscohost.com/eds/pdfviewer/pdfviewer?vid=23&sid=444da32a-a561-4bd2-b7e4-08b549562851%40sessionmgr103>
- Nascimento, F. R. T. do. (2017). Indicadores Financeiros Aplicados aos Demonstrativos Contábeis Públicos. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, 3(1),

103–115, ano 2. Recuperado de <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/demonstrativos-contabeis-publicos>

- Oulasvirta, L. (2014). The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 272–285. Retrieved from <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2012.12.001>
- Öztürk, C. (2015). *Some issues related to cash flow statement in accounting education: The case of Turkey*. *Accounting and Management Information Systems*, 14(2), 398. Retrieved from http://www.cig.ase.ro/articles/14_2_8.pdf
- Passos, E. Z. (2017). *Adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público: o processo e seus impactos nos municípios de Minas Gerais*. Recuperado de <http://repositorio.utad.pt/handle/10348/7241>
- Pérez, C. C., & Hernández, A. L. (2007). Latin-American public financial reporting: recent and future development. *Public Administration and Development*, 27(2), 139–157. <https://doi.org/10.1002/pad.441>
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Científico* (2ª ed.). Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE.
- Ravanello, M., Marcuzzo, J., & Frey, M. (2015). Análise da adequação dos municípios às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. *Estudos do CEPE*, 0(42), 113-130. Recuperado de <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/4818/4502>
- Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008. *Aprova a NBCT 16.6 – Demonstrações Contábeis divulgadas pelas entidades do setor público*. Recuperado de http://www.cfc.org.br/resolucoes_cfc/RES_1133.pdf
- Rossi, F. M., Cohen, S., Caperchione, E., & Brusca, I. (2016). Harmonizing public sector accounting in Europe: thinking out of the box. *Public Money & Management*, 36(3), 189–196. Retrieved from <https://doi.org/10.1080/09540962.2016.1133976>
- Schumesch, P. (2015). *Towards a new era in government accounting and reporting*. PwC. Retrieved from <https://orbi.uliege.be/handle/2268/194636>
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2014). IPC08 – Instrução de Procedimento Contábil. *Metodologia para elaboração da demonstração dos fluxos de Caixa* (versão publicada em 23/12/2014). Brasília. Recuperado de http://www.tesouro.fazenda.gov.br/ipc08_dfc.pdf
- Secretaria do Tesouro Nacional – STN (2016). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (7ª ed.). Aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Válido a partir do exercício de 2017. Brasília, 2016. Recuperado de <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>

- Soares, C. C. P. (2015). *A demonstração dos fluxos de caixa nas instituições particulares de solidariedade social* (Dissertação de mestrado). Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAPP, Porto, Portugal).
- Instituto Politécnico do Porto (ISCAP). Recuperado de <http://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/7852>
- Trewavas, K, Botica Redmayne, N., & Laswad, F. (2012). The Impact of IFRS adoption on Public Sector Financial Statements. *Australian Accounting Review*, 22(1), 86–102. Retrieved from <https://doi.org/101111/j.1835-2561.2011.00160.x>
- Villegas, M. G., & Julve, V. M. (2012). Las innovaciones en contabilidad gubernamental en Latinoamérica: el caso de Colombia. *INNOVAR. Revista de Ciencias Administrativas y Sociales*, 22(45), 17–35.
- Yin, R. K. (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (4ª ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zuzeliski, A. C. L., Dallastra, P. R., & Warken, I. L. M. (2017). Adoção inicial da Contabilidade aplicada ao Setor Público em municípios da agência de desenvolvimento regional de Maravilha-SC. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 9(1). Recuperado de <https://doi.org/10.5380/rcc.v9i1.47695>

Anexo A

Estrutura Organizacional do IFG

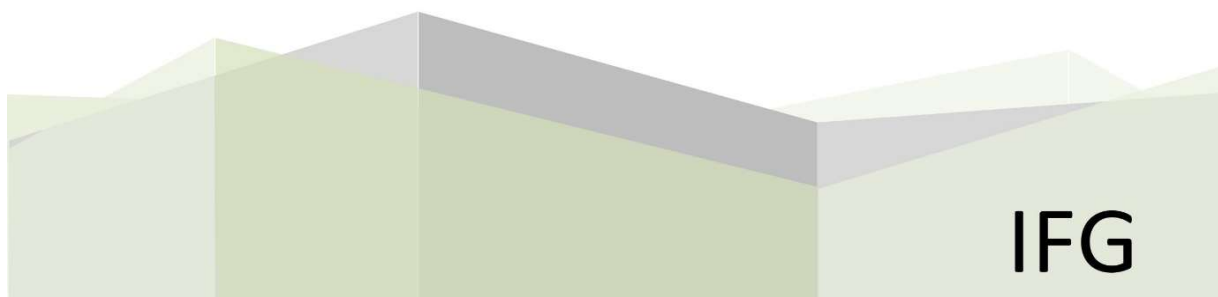


INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Organograma*

PDI (2012 a 2016)





Estrutura organizacional com as instâncias de decisão

Órgãos Colegiados

Conselho Superior;
Colégio de Dirigentes;
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
Conselho de Câmpus.

Comissões Permanentes

Comissão Própria de Avaliação (CPA);
Comissão de Ética;
Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos (CIS)
Comissão Permanente de Políticas Públicas de Igualdade Racial do IFG.

➤ REITORIA

Gabinete

- a. Reitor(a);
- b. Chefia de Gabinete;
- c. Coord. Secretaria;
- d. Assessoria de Relações Institucionais;
- e. Ouvidoria;
- f. Assessoria de Expansão;
- g. Procuradoria Federal;
- h. Auditoria Interna.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Diretoria Executiva

- a. Diretor (a) Executiva;
 - a. Diretoria de Comunicação Social;
 - b. Coordenação de Relações Internacionais.

Pró-Reitorias:

I. Pró-Reitoria de Administração

- a. Pró-Reitor(a);
- b. Coordenação Executiva;
- c. Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária;
 - a. Coordenação-Geral de Aquisições e Contratos;
 - b. Coordenação-Geral de Serviços de Transportes;
- d. Diretoria Financeira;
 - a. Gerência de Gestão Administrativa;
 - b. Coordenação de Execução Financeira;
 - c. Coordenação-Geral de Almoxarifado e Patrimônio;
- e. Diretoria de Projetos e Infraestrutura.

II. Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

- a. Pró-Reitor(a);
- b. Coordenação Executiva;
- c. Diretoria de Recursos Humanos;
 - a. Coordenação de Gestão de Pessoas;
 - b. Coordenação de Cadastro e Pagamento;
 - c. Coordenação de Aposentadorias e Pensões;
- d. Diretoria de Tecnologia da Informação;
 - a. Coordenação de Infraestrutura de Redes e Segurança da Informação;
 - b. Coordenação de Serviços de Suporte;
- e. Gerência de TI;
 - a. Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas;



f. Coordenação do Observatório do Mundo do Trabalho.

III. Pró-Reitoria de Ensino

- a. Pró-Reitor(a);
- b. Coordenação Executiva
- c. Diretoria de Políticas de Educação Básica e Superior;
 - a. Coordenação de Ensino Superior
 - b. Coordenação de Ensino Médio e Técnico;
 - c. Coordenação de Programas e Projetos Especiais de Ensino;
- d. Diretoria de Administração Acadêmica;
 - a. Coordenação de Registro de Diplomas;
- e. Diretoria de Educação a Distância;
 - a. Coordenação de Administração de EaD;
 - b. Coordenação Pedagógica;
- f. Centro de Seleção;
- g. Procuradoria Educacional Institucional;

IV. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

- a. Pró-Reitor(a);
- b. Coordenação Executiva;
- c. Diretoria de Pesquisa e Inovação;
 - a. Coordenação do Centro de Inovação Tecnológica;
- d. Diretoria de Pós-Graduação;
- e. Coordenação da Editora;
- f. Coordenação-Geral de Bibliotecas.

V. Pró-Reitoria de Extensão

- a. Pró-Reitor(a);
- b. Coordenação Executiva;
- c. Diretoria de Ações Sociais;



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

- a. Coordenação-Geral de Assistência Estudantil;
- b. Coordenação de Ações Esportivas e de Eventos;
- d. Diretoria de Ações Profissionais e Tecnológicas;
 - a. Coordenação de Convênios;
 - b. Coordenação de Estágio e Trabalho.

➤ **CÂMPUS GOIÂNIA**

Órgãos Colegiados:

- a. Conselho-Geral do Câmpus
- b. Colegiado de Áreas Acadêmicas;
- c. Conselho Departamental;
- d. Fórum de Representantes de Turma.

Direção-Geral:

- a. Diretor(a)-Geral;
- b. Chefia de Gabinete;
- c. Coordenação de Comunicação Social.

Gerência de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino:

- a. Gerente;
- b. Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares;
- c. Coordenação de Recursos Didáticos, Multimeios e Ambientes de Uso Comum;
- d. Coordenação de Biblioteca.

Diretoria de Administração:

- a. Diretor(a);
- b. Gerência de Administração e Manutenção;
- c. Coordenação de Apoio Administrativo e Manutenção;



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

- d. Coordenação de Vigilância e Limpeza;
- e. Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio;
- f. Coordenação de Gestão Orçamentária Financeira;
- g. Coordenação de Aquisição de Contratos.

Departamento de Áreas Acadêmicas

Departamento I

- a. Coordenação Acadêmica I;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo I;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente I;
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

Departamento II

- a. Coordenação Acadêmica II;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo II;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente II;
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

Departamento III

- a. Coordenação Acadêmica III;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo III;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente III;
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.

Departamento IV

- a. Coordenação Acadêmica IV;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo IV;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente IV;
- d. Coordenação de Cursos/Áreas.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

- a. Gerente
- b. Coordenação Interação Escola-Empresa;
- c. Coordenação de Assistência Estudantil;
- d. Coordenação de Pesquisa e Inovação
- e. Coordenação de Eventos
- f. Coordenação de Secretaria Pós-Graduação

Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor

- a. Coordenador(a);
- b. Coordenador(a) RHAS.

Coordenação de Administração da Tecnologia da Informação

- a. Coordenador(a).

➤ DEMAIS CÂMPUS

Órgãos Colegiados:

- a. Conselho-Geral do Câmpus;
- b. Colegiado de Áreas Acadêmicas;
- c. Conselho Departamental;
- d. Fórum de Representantes de Turma.

Direção-Geral:

- a. Diretor(a) Geral;
- b. Chefia de Gabinete;
- c. Coordenação de Comunicação Social.



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Coordenação de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino:

- a. Coordenador (a);
- b. Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares;
- c. Coordenação de Biblioteca.

Gerência de Administração:

- a. Gerente;
- b. Coordenação Orçamentária e Financeira;
- c. Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio;
- d. Coordenação de Administração e Manutenção.

Departamento de Áreas Acadêmicas

- a. Chefia de Departamento de Áreas Acadêmicas
- a. Coordenação Acadêmica;
- b. Coordenação de Apoio Administrativo;
- c. Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente;

Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

- a. Gerente;
- b. Coordenação Interação Escola-Empresa;
- c. Coordenação de Assistência Estudantil;
- d. Coordenação de Secretaria de Pós-Graduação (Jataí)

Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor

- a. Coordenador(a).

Coordenação de Administração da Tecnologia da Informação

- a. Coordenador(a).



**INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS**

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

➤ **CÂMPUS NOVO GAMA**

Órgãos Colegiados:

- a. Conselho-Geral do Câmpus;
- b. Colegiado de Áreas Acadêmicas;
- c. Conselho Departamental;
- d. Fórum de Representantes de Turma.

Direção-Geral:

- a. Diretor(a)-Geral;
- b. Chefia de Gabinete;
- c. Coordenação de Comunicação Social.

Coordenação de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino:

- a. Coordenador (a);
- b. Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares;
- c. Coordenação de Biblioteca.

Gerência de Administração:

- a. Gerente;
- b. Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio;
- c. Coordenação de Administração e Manutenção.

Coordenação de Áreas Acadêmicas

- a. Coordenador(a);
- b. Coordenação Acadêmica;

Coordenação de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

- a. Coordenador (a);



INSTITUTO FEDERAL
GOIÁS

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

- b. Coordenação Interação Escola-Empresa;
- c. Coordenação de Assistência Estudantil.

Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor

- a. Coordenador (a).

* Informações contidas no **Capítulo 6 – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA** do [Plano de Desenvolvimento Institucional](#) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), aprovado pelo Conselho Superior da Instituição ([Resolução nº 36, de 19 de dezembro de 2013](#)).

Anexo B

Reitoria

30/07/2018

Instituto Federal de Goiás - Reitoria

Reitoria



Criado: Quarta, 16 de Março de 2016, 11h15 | Última atualização em Segunda, 23 de Abril de 2018, 07h12

Tweetar

Compartilhar

Apresentação

Contato: (62) 3612-2200

Endereço: Avenida Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste, Goiânia, Goiás, Brasil, CEP: 74130-012

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG é uma Autarquia Federal, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Atualmente o IFG é composto pela Reitoria e por 14 câmpus.

A Reitoria é o órgão executivo do IFG e tem por finalidade organizar a sua gestão, de forma harmônica, a partir de diretrizes gerais que garantem a unidade e a identidade da Instituição em todo Estado de Goiás.

Reitor: Jerônimo Rodrigues da Silva

Gestão: 2017-2021

Jerônimo Rodrigues da Silva é licenciado em Química, pela Universidade Federal de Goiás, especialista em Metodologia do Ensino Superior, pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde, especialista em Gestão Pública, pelo Instituto Federal do Paraná e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Ingressou na Escola Técnica Federal de Goiás em 1984, onde exerceu diversas funções gerenciais, dentre elas Coordenador de Curso, Coordenador de Ensino e também Diretor-Geral da Unidade de Ensino Descentralizada de Jataí.

Enquanto Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO) exerceu o cargo de Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias. Com a transformação do Cefet-GO em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), em 2008, exerceu funções importantes na implantação do Câmpus Uruaçu, onde foi Diretor Administrativo, e em Luziânia, onde foi Diretor-Geral. Acompanhou a implantação dos Câmpus Formosa, Anápolis e Águas Lindas de Goiás. Também ocupou o cargo de Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional na Reitoria.

Em setembro de 2013, após processo eleitoral, foi empossado Reitor do IFG pelo Ministro de Estado da Educação para o mandato de quatro anos (2013-2017).

Também após processo eleitoral, foi reeleito e, em outubro de 2017, empossado Reitor do IFG pela Ministra de Estado da Educação, Interina para o mandato de quatro anos (2017-2021).

Apresentação

Chefe de Gabinete: Claudia Beatriz Carrião Alves (Assistente em Administração)

Contato: (62) 3612-2203

E-mail: gabinete.reitoria@ifg.edu.br

O Gabinete da Reitoria é responsável por organizar, assistir, coordenar, fomentar e articular a ação política e administrativa da Reitoria. Ele é composto também pela secretaria do gabinete, que é responsável por organizar, assistir e coordenar as atividades de registros e documentação, bem como de atendimento ao público relacionado ao Gabinete.

Compete à Chefia de Gabinete:

- assistir o Reitor em sua representação política, social e administrativa;
- incumbir-se do preparo e despacho de expediente da Reitoria;
- controlar a agenda diária do Reitor;
- assessorar a Diretoria Executiva;
- orientar e supervisionar o trabalho da Secretaria do Gabinete da Reitoria;
- assessorar as Pró-Reitorias e comissões constituídas pelo Reitor;
- secretariar o CONSUP e CONEPEX;
- publicar atos oficiais no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço.

Equipe

Coordenadora da Secretaria do Gabinete: Márcia Helena Divina Rodrigues de Souza (Assistente em Administração) - e-mail: marcia.souza@ifg.edu.br

Assistente em Administração: Alan Alves de Magalhães - e-mail: alan.magalhaes@ifg.edu.br

Redatora: Fernanda Eline de Oliveira - e-mail: fernanda.eline@ifg.edu.br

Revisora de textos: Anapaula de Almeida - e-mail: anapaula.almeida@ifg.edu.br

Apresentação

Auditor-Chefe: Dean Mardem (auditor)

Contato: (62) 3612-2212

E-mail: dean.mardem@ifg.edu.br

auditoria@ifg.edu.br

A Auditoria Interna é responsável pelo controle e fortalecimento da gestão, bem como pela racionalização das ações de todo o IFG, e pelo apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Além de auxiliar a gestão, a Auditoria Interna fica sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central e dos Órgãos Setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A Auditoria Interna providencia, de forma autônoma e objetiva, serviços de avaliação e consultoria com o propósito de agregar valor ao IFG, otimizando o sistema de controle dos processos e cooperando para consecução dos objetivos institucionais.

Compete à Auditoria Interna:

- verificar o cumprimento das diretrizes, normas e orientações emanadas pelos órgãos competentes, previstos na estrutura organizacional do Instituto Federal de Goiás, bem como pelo cumprimento dos planos, programas e projetos no âmbito da Instituição;
- avaliar a legalidade, eficiência, eficácia, qualidade, efetividade e economicidade da gestão;
- prestar assessoramento técnico à Reitoria e orientar os câmpus da Instituição;
- tratar de outros assuntos de interesse da Instituição, relacionados à atuação da Auditoria Interna;
- Elaborar e executar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna, conforme legislação própria vigente;
- Zelar pelo cumprimento de todos os dispositivos estatutários e regimentais;
- Orientar, acompanhar e fazer cumprir, no que couber, as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Acompanhar a atuação e contribuir com a viabilização dos apontamentos corretivos da Comissão Própria de Avaliação;
- Apoiar, supervisionar e contribuir com a elaboração do Relatório Anual de Gestão da Instituição;
- Acompanhar, subsidiar e contribuir com a prestação de contas do Instituto Federal de Goiás.

Documentos da Auditoria Interna:

- [Regimento Interno da Auditoria Interna \(.PDF 6,66 MB\)](#)
- [Manual de Auditoria Interna \(.PDF 1,71 MB\)](#)
- [Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2017 \(.PDF 2,23 MB\)](#)
- [Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN 2016 \(.PDF 871 KB\)](#)
- [Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAIN 2017 \(.PDF 2,10 MB\)](#)
- [Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT 2018 \(.PDF 2,83 MB\)](#)

Prestação de contas:

- [Relatórios de Gestão](#)
- [Relatórios de Auditoria Anual de Contas](#)

Equipe

Auditor: José Augusto Costa - e-mail: jose.costa@ifg.edu.br

Auditor: José Correia de Souza - e-mail: jose.correia@ifg.edu.br

Auditora: Roanny Nasareth Silva - e-mail: roanny.silva@ifg.edu.br

Apresentação

A Procuradoria Federal (PF), integrante da Procuradoria-Geral Federal/AGU, presta assessoramento e consultoria jurídica à Reitoria do IFG, com competências e atribuições determinadas pela legislação em vigor.

Procuradora: Sheila Carneiro Targino Lima (procuradora)

Contato: (62) 3612-2208

E-mail: procuradoria@ifg.edu.br

Compete à Procuradoria Federal:

- Prestar assessoria jurídica direta e imediata ao Gabinete da Reitoria;
- Assistir o Reitor do IFG no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ele praticados, quando solicitado;
- Exercer atividades e assessoramento às autoridades que compõem a Reitoria do IFG;
- Emitir pareceres nas áreas de competência;
- Diligenciar a obtenção de subsídios, quando requisitados pela Procuradoria Federal no Estado e/ou órgão competentes;
- Zelar pela defesa extrajudicial do IFG;
- Organizar os dados e preparar as informações em mandados de segurança ajuizados contra os dirigentes do IFG, com a colaboração das áreas envolvidas;
- Organizar as informações e orientar a elaboração de minutas/resposta em requisições do Ministério Público e da Defensoria Pública, com a colaboração das áreas envolvidas, quando a matéria for de natureza jurídica.

Apresentação

A Diretoria Executiva, instância de assessoramento direto ao Reitor, é responsável pela articulação das políticas e ações para o cumprimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e das metas e compromissos estabelecidos no âmbito de todo o IFG. Fazem parte da diretoria, as coordenações do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) e de [Relações Internacionais](#) e a [Diretoria de Comunicação Social](#).

Diretora Executiva: Adriana dos Reis Ferreira (professora)

Contato: (62) 3612-2205

E-mail: de@ifg.edu.br

Compete à Diretoria Executiva:

- Substituir o Reitor em seus impedimentos temporários e/ou legais;
- Promover a articulação entre os câmpus do IFG;
- Acompanhar e assistir à Reitoria nas ações emanadas das diligências dos setores de controle interno e externo;
- Acompanhar e assistir à Reitoria nas ações emanadas das comissões permanentes da Instituição;
- Acompanhar e assistir à Reitoria nas ações emanadas da Comissão de Ética;
- Assistir ao Reitor nas questões que envolvam tomada de decisão sobre assuntos pertinentes à área de atuação do IFG;
- Supervisionar o desenvolvimento da política de comunicação institucional, orientar e acompanhar os trabalhos da Diretoria de Comunicação Social do IFG;
- Supervisionar o desenvolvimento da política institucional de cooperação internacional, propor, induzir e viabilizar ações de intercâmbio com outros países na perspectiva da inclusão social, do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e inovação de interesse público e social e do fortalecimento do caráter público e gratuito do IFG;
- Subsidiar a Chefia de Gabinete na elaboração do relatório das atividades desenvolvidas no âmbito da Reitoria, no encerramento de cada exercício;
- Desenvolver outras atividades delegadas pelo Reitor.

Diretoria de Comunicação Social

Diretora: Adriana Souza Campos (jornalista)

E-mail: ccs@ifg.edu.br

Contato: (62) 3612-2210

A Diretoria de Comunicação Social (Dicom) da Reitoria é o setor responsável pela gestão da comunicação institucional e pelo atendimento das demandas de comunicação das pró-reitorias de Ensino, Extensão, Administração, Desenvolvimento Institucional e Pesquisa e Pós-Graduação. A Dicom é vinculada à Diretoria-Executiva e trabalha em conjunto com os comunicadores dos câmpus do IFG, orientando-os sobre as ações de comunicação para os públicos internos e externos. Na Dicom e nas coordenações de Comunicação dos câmpus a qualidade da informação deve se caracterizar pela clareza, correção e completude.

A Dicom atua na perspectiva da comunicação integrada, englobando as seguintes áreas: Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.

[Saiba mais sobre a Diretoria de Comunicação Social \(Dicom\).](#)

Coordenação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)

Coordenadora: Juliana Ribeiro de Almeida Vilarins (assistente em administração) - em licença maternidade

Contato: (62) 3612-2207

E-mail: juliana.vilarins@ifg.edu.br

A coordenação é responsável por gerir o controle de emissão de diárias e passagens no âmbito da Reitoria.

Compete à coordenação:

- emitir diárias - cadastrar, acompanhar, efetuar correções, aprovar prestações de contas e assessorar a Pró-reitoria de Administração na análise de solicitações;
- comprar passagens;
- capacitar novos usuários do sistema SCDP;
- analisar instrução processual e assessorar o ordenador de despesas e autoridade de despesa.

[Saiba mais sobre a Coordenação de Relações Internacionais \(CRI\)](#)

Apresentação

Assessora: Gerley Lopes Cardoso (psicóloga)

Contato: (62) 3612-2206

E-mail: ari.reitoria@ifg.edu.br

A Assessoria de Relações Institucionais é responsável por propor e coordenar as políticas e ações que visem ao aperfeiçoamento e estreitamento das relações da comunidade interna com a externa, bem como a uma maior inserção do IFG nos movimentos sociais, em consonância com o PDI.

Compete à Assessoria:

- Estabelecer relações institucionais com órgãos da Administração Pública, parlamentares, entidades e organizações da sociedade civil nos temas de interesse do IFG;
- Planejar, organizar, coordenar e executar ações intra e interinstitucionais inerentes ao desenvolvimento e ampliação das relações institucionais;
- Estabelecer relacionamentos com as entidades representativas da sociedade civil, instituições nacionais e internacionais, nas relações de interesse do IFG;
- Identificar e indicar possíveis fontes de recursos e de meios para captá-los para subsidiar a viabilização de projetos e demais necessidades;
- Assessorar no acompanhamento e na tramitação de projetos de leis e processos de interesse do IFG no estado de Goiás, junto aos Poderes e Órgãos Federais;
- Prestar assessoramento na organização e apoio na realização de eventos institucionais;
- Gerenciar e assegurar a atualização de bases de informação necessárias ao desempenho da sua competência, especialmente quanto aos dados de autoridades e de dirigentes dos órgãos públicos e de instituições relacionadas ao trabalho do IFG;
- Colaborar com a divulgação da Instituição junto à sociedade brasileira;

- Assistir o Reitor, aos demais gestores da Reitoria e aos câmpus do IFG, quando solicitada, quanto ao protocolo a ser observado em cerimônias e eventos oficiais;
- Recepcionar e acompanhar autoridades e dignitários em visita ao IFG;
- Acompanhar, quando solicitada, o Reitor, os Pró-Reitores, os Diretores-Gerais dos câmpus em atividades institucionais.

Apresentação

Pró-Reitor: José Carlos Barros Silva (professor)

Contato: (62) 3612-2223

E-mail: proad@ifg.edu.br

A Pró-Reitoria de Administração (Proad) é a instância responsável pela proposição e condução das políticas e ações de gestão administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Compete à Proad:

- Elaborar e executar o orçamento institucional, com a posterior prestação de contas;
- Supervisionar a gestão patrimonial de todos os câmpus do IFG;
- Realizar as compras diretas e licitações para aquisições de bens e serviços;
- Realizar os trâmites dos processos de todas as compras efetuadas pela Instituição.

Veja mais informações [na página eletrônica da Proad](#).

Apresentação

Pró-reitor: Amaury França Araujo (administrador)


E-mail: prodi@ifg.edu.br

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi) é a instância responsável por propor, planejar, implementar e conduzir as políticas de gestão de recursos humanos, de capacitação e de tecnologia da informação.

Compete à Prodi:


- Planejar, supervisionar e subsidiar a avaliação do desempenho institucional;
- Supervisionar a efetivação do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Elaborar e sistematizar a elaboração do Relatório Anual de Gestão.

Diretoria de Desenvolvimento de Recursos Humanos - DDRH

 (62) 3612-2246


 prodi@ifg.edu.br

Coordenação de Gestão de Pessoas

 (62) 3612-2244/2243/2231


 prodi@ifg.edu.br

Coordenação de Folha de Pagamento

 (62) 3612-2256


 prodi@ifg.edu.br

Coordenação de Assistência ao Servidor - CAS

 (62) 3612-2268


 prodi@ifg.edu.br

Coordenação de Cadastro e Benefícios

 (62) 3612-2242


 prodi@ifg.edu.br

Coordenação de Aposentadorias e Pensões


 (62) 3612-2209

 prodi@ifg.edu.br

Coordenação Executiva


 (62) 3612-2244

Arquivo

 (62) 3612-2243


 prodi@ifg.edu.br

Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI

 (62) 3612-2227


 dti@ifg.edu.br

Suporte - DTI

 (62) 3612-2266


 dti@ifg.edu.br

Desenvolvimento de Sistemas - DTI

 (62) 3612-2250


 dti@ifg.edu.br

Redes e Infraestrutura - DTI

 (62) 3612-2241


 dti@ifg.edu.br

Observatório do Mundo do Trabalho

 (62) 3612-2248

 observatorio@ifg.edu.br

Núcleo de Estatística e Planejamento

 (62) 3612-2252

 prodi@ifg.edu.br

Veja mais informações [na página eletrônica da Prodi.](#)

Apresentação

Pró-Reitora: Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon (professora)

Contato: (62) 3612-2228

E-mail: proen@ifg.edu.br

A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é a instância responsável pela proposição e condução das políticas de ensino, no âmbito da educação profissional e científica de nível médio e de graduação, para o cumprimento das metas e compromissos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Goiás (IFG).

Compete à Proen:

- Propor, planejar, coordenar, executar e avaliar as ações necessárias ao desenvolvimento de políticas de ensino nos diferentes níveis de atuação institucional, no âmbito de todos os câmpus;
- Propor e promover políticas e programas de democratização do acesso, procedimentos de seleção, de indução e estímulo aos estudantes para a continuidade e conclusão dos cursos;
- Estabelecer e sistematizar princípios e diretrizes para a estruturação e reestruturação dos cursos e currículos;
- Propor e promover o cumprimento do calendário acadêmico de referência.

Veja mais informações [na página eletrônica da Proen.](#)

Apresentação

Pró-Reitor: Daniel Silva Barbosa (professor)

Contato: (62) 3251 5882

E-mail: proex@ifg.edu.br

A Pró-Reitoria de Extensão (Proex) é a instância responsável pela proposição e condução de toda a política de extensão no Instituto Federal de Goiás (IFG). Sua ação se pauta no aprofundamento das relações com a comunidade, por meio das organizações da sociedade civil, bem como na parceria com instituições, sobretudo públicas.

Compete à Proex:

- Promover ações que garantam a articulação entre extensão, ensino e pesquisa.
- Implementar os programas de cooperações, o debate curricular, a condução das parcerias institucionais
- Realizar eventos técnico-científicos, culturais e esportivos;
- Propor e conduzir políticas de formação inicial e continuada de trabalhadores; de assistência estudantil; de estágio, de inserção, valorização e interação dos profissionais formados pelo IFG com o mundo do trabalho.

Veja mais informações [na página eletrônica da Proex.](#)

Apresentação

Pró-Reitor: Écio Naves Duarte (professor)

Contato: (62) 3612-2233

proppg@ifg.edu.br

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (Proppg) é a instância do Instituto Federal de Goiás (IFG) que propõe, conduz, planeja, coordena, executa e avalia as políticas institucionais de pesquisa, inovação e pós-graduação, no âmbito de todos os campi.

Compete à Proppg:

- Implementar os planos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente e técnico-administrativo em nível de pós-graduação;
- Implementar e coordenar os programas e planos de concessão de bolsas de pesquisa e de pós-graduação;
- Planejar, avaliar e supervisionar a elaboração de propostas de implementação, alteração ou extinção de cursos de pós-graduação.

Veja mais informações [na página eletrônica da Proppg.](#)

A [Lei nº 12.527/2011](#), conhecida como Lei de Acesso à Informação - LAI, regulamenta o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. O Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) foi instituído no artigo 9º da Lei de Acesso à Informação, que diz que Estado deve criar um ponto de contato entre a sociedade e o setor público.

São funções do SIC:

- Atender e orientar os cidadãos sobre pedidos de informação;
- Informar sobre a tramitação de documentos e requerimentos de acesso à informação;
- Receber e registrar os pedidos de acesso e devolver as respostas aos solicitantes.

Para mais informações acesse a [página eletrônica do SIC.](#)

Ouvidoria

Ouvidora: Ana Rogéria do Couto (assistente em administração)

Contato: (62) 3612-2277

E-mail: ouvidoria@ifg.edu.br

A Ouvidoria é um órgão de assessoramento da Reitoria, responsável por acolher e encaminhar manifestações e reivindicações da comunidade interna ou externa, com atuação em todos os câmpus e setores da Instituição, visando à melhoria dos processos institucionais e ao aperfeiçoamento dos processos democráticos com transparência. É possível manifestar-se junto à ouvidoria por meio de sugestões, elogios, solicitações denúncias e reclamações.

Atendimento

O atendimento é feito presencialmente, por telefone (62-3612-2277) ou e-mail (ouvidoria@ifg.edu.br).

Horário: 2ª a 6ª, das 8 às 12 horas e das 13 às 17 horas

Local: Reitoria do IFG - Avenida Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste - CEP: 74.130-012 – Goiânia/GO.

Há atendimento também pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV). [Acesse e faça sua solicitação on-line.](#)

Para mais informações, [acesse a página da Ouvidoria do IFG.](#)

Anexo C

Pro-Reitoria de Administração

29/07/2018

Instituto Federal de Goiás - Estrutura Organizacional

Pró-Reitoria de Administração



Criado: Segunda, 02 de Maio de 2016, 14h40 | Última atualização em Terça, 20 de Fevereiro de 2018, 10h37

Tweetar

Compartilhar

A Pró-Reitoria de Administração (Proad) é a instância responsável pela proposição e condução das políticas e ações de gestão administrativa, patrimonial, orçamentária e financeira do Instituto Federal de Goiás (IFG). É atribuição da Proad a elaboração e execução do orçamento institucional, com a posterior prestação de contas; a supervisão da gestão patrimonial de todos os câmpus do IFG; a realização das compras diretas e licitações para aquisições de bens e serviços; além dos trâmites dos processos de todas as compras efetuadas pela Instituição.

Pró-Reitor

José Carlos Barros Silva (professor)

Contato:

Telefone: (62) 3612-2219

E-mail: proad@ifg.edu.br

Endereço: Av. Assis Chateaubriand, nº1658, Setor Oeste, Goiânia – Goiás. CEP: 74130-012

Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária

A Diretoria de Planejamento e Gestão Orçamentária tem como competência coordenar e acompanhar a elaboração e implementação do planejamento institucional e acompanhar a execução dos recursos orçamentários e financeiros do IFG. Por meio da Coordenação de Aquisições e Contratos realiza os procedimentos de aquisições de materiais e serviços e contratações de obras.

Contato: (62) 3612-2223

Equipe:

Diretor de Planejamento e Gestão Orçamentária - Paulo Roberto de Oliveira Garcia (Assistente em Administração)

Coordenadora Executiva -Isabel Cristina Brandão (Administradora)

Gestão Orçamentária

Assistente em Administração - Geiza Gonzaga Rodrigues Nasser

Assistente em Administração - Rodrigo José dos Santos Majewski

Coordenação-Geral de Aquisições e Contratos

Coordenador Geral de Aquisições e Contratos - Diego Silva Xavier (Auxiliar em Administração)

Técnica em Assuntos Educacionais - Alinne Monteiro da Cruz Atanasio

Assistente em Administração - Carlos Alberto Freire Dias

Assistente em Administração - Keila de Oliveira Sousa

Assistente em Administração - Fernanda Couto Silva Gonçalves

Estagiária - Suzanne de Fátima Aleluia Oliveira

Estagiário - Felipe Elias Marçal Meireles

Coordenação de Licitações

Coordenadora de Licitações - Maricélia Nunes Menezes (Assistente em Administração)

Coordenação-Geral de Serviços de Transportes

Administrador de Edifícios - Yuri Souza Paraguaçu

Protocolo

Assistente em Administração - Gustavo de Oliveira Marques

Assistente em Administração - Marciella Silveira de Carvalho

Técnica em Secretariado - Karla Paula de Almeida

Geraldine Francisca Barros

Diretoria de Execução Financeira

A Diretoria de Execução Financeira é a unidade responsável por garantir a execução da Lei Orçamentária Anual, supervisionar e controlar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros e elaborar os documentos contábeis da Instituição, além de coordenar os serviços de distribuição de insumos e registro patrimonial. É composta pelas áreas de Contabilidade e Finanças e de Almoxarifado e Patrimônio.

Contato: (62) 3612-2218

Equipe:

Coordenação de Contabilidade e Execução Financeira

Diretora Financeira - Terezinha Borges de Almeida (Contadora)

Coordenador de Execução Financeira - Jean Carlos Pacheco de Jesus (Contador)

Contadora - Suzi Carvalho Neves

Coordenação-Geral de Almoxarifado e Patrimônio

Coordenador Geral de Almoxarifado e Patrimônio - Reginaldo Araújo Dorneles (Administrador)

Técnico em Tecnologia da Informação - Afonso Maria de Araújo

Auxiliar em Administração - Renato Pereira Gomes

Diretoria de Projetos e Infraestrutura

A Diretoria de Projetos e Infraestrutura é a unidade responsável pelo acompanhamento e fiscalização de obras de implantação, ampliação e adequação dos espaços físicos do IFG, pela elaboração de projetos e pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços de empresas contratadas para realização de projetos. Também dá apoio técnico para a realização de licitações de obras e para a manutenção predial.

Contato: (62) 3237-1815

Equipe:

Diretor de Projetos e Infraestrutura - Wellington Santos Martins (Técnico em Agrimensura)

Assistente em Administração - Anna Maria de Araújo Rodrigues

Técnica em Edificações - Caroline Bettini Frison

Engenheiro - Erique Souza Zanon

Desenhista /Projetista - Fernando Francisco de Souza

Desenhista /Projetista - Josué Ricardo da Silva Alvarenga

Arquiteta e Urbanista - Larissa Rodrigues Ferreira Araujo

Arquiteta - Sueli Souza Soares

Anexo D

Planejamento e Orçamento

29/07/2018

Instituto Federal de Goiás - Planejamento Orçamentário

Planejamento Orçamentário



Criado: Quarta, 16 de Março de 2016, 12h11 | Última atualização em Segunda, 03 de Outubro de 2016, 16h54

Tweetar

Compartilhar

O Planejamento Federal é composto de diretrizes, objetivos e metas regionalizadas para despesa de capital e para as relativas aos programas de duração continuada. O atual plano é Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social – PPA 2016-2019.

Após a definição do plano de governo, anualmente aprova-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, que estabelece as metas e prioridades a serem contempladas no Orçamento, orienta a elaboração do orçamento, apresenta alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências financeiras de fomento.

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Instituição de Educação Profissional e Tecnológica faz parte da Matriz Orçamentária elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Administração e aprovada pelo Conselho de Dirigentes dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (CONIF). Nesta matriz a distribuição e alocação de recursos foram feitas pelas matrículas ponderadas das Instituições.

Assim que as Instituições recebem seu teto orçamentário, inclusive já alocados por Unidade Orçamentária (Reitoria e câmpus), cada uma, dentro de suas necessidades e prioridades, apresenta sua proposta orçamentária – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para compor a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Após aprovação da Lei Orçamentária Anual - LOA pelo Congresso, o Instituto Federal de Goiás, com o seu orçamento estabelecido, inclusive por Unidade Orçamentária (Reitoria e seus câmpus), detalha suas despesas, sejam de custeio ou de capital, obedecendo o teto, para execução dentro do exercício orçamentário.


Consideram-se despesas de custeio: aquisições de passagens, diárias, auxílios estudantis e bolsas, além de serviços, tais como as despesas com contratos de serviços continuados (limpeza e conservação, vigilância, telefonia, energia elétrica, água e esgoto e outros) e aquisições de materiais de consumo (materiais de expediente e de laboratórios, elétricos, hidro-sanitários, etc) necessários ao bom funcionamento de cada Unidade, incluindo as despesas para custeio das atividades fim e meio da unidade orçamentária, obedecendo o limite estabelecido pelos respectivos tetos orçamentários.

As despesas com capital, ou seja, de investimento, são consideradas as adequações da estrutura física (obras) e aquisições de equipamentos (laboratórios, informática e outros) apresentadas e sistematizadas pelas Unidades Orçamentárias para implementação dentro do plano diretor e das políticas orçamentárias propostas e aprovadas pela gestão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Apêndice

Apêndice A

Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2015, 2016 e 2017

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL			
TÍTULO		DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTÍTULO		26429 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIAS - AUTARQUIA	
ORGAO SUPERIOR		26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	
		Página 1	
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		Valores em Unidade de Real - R\$	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		Exercício 2017	Exercício 2016
		Exercício 2015	
INGRESSOS		12.406.899,03	17.000.240,87
		14.353.027,91	482.962.411,89
		430.871.420,97	371.690.325,73
Receitas Derivadas e Originárias		1.182.443,24	1.274.041,34
			1.246.117,90
Receita Tributária			
Receita de Contribuições			
Receita Patrimonial	141.148,79	103.872,81	75.005,13
Receita Agropecuária			
Receita Industrial			
Receita de Serviços	541.480,90	789.173,65	944.662,24
Remuneração das Disponibilidades			
Outras receitas Derivadas e Originárias	499.813,55	380.994,88	226.450,53
Transferências Correntes Recebidas	0,00	0,00	0,00
Intergovernamentais	0,00		0,00
de Estados e Distrito Federal			
de Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências Correntes Recebidas			
Outros Ingressos das Operações	481.779.968,65	429.597.379,63	370.444.207,83
Ingressos Extraorçamentários	635.720,23	1.242.956,09	972.828,66
Cancelamentos de Obrigações do Exercício Anterior			14,63
Transferências Financeiras Recebidas	481.144.248,42	428.354.423,54	369.466.318,27
Demais Recebimentos			5.046,27
DESEMBOLSOS	-470.555.512,86	-413.871.180,10	-357.337.297,82
Pessoal E Demais Despesas	-378.739.884,12	-327.963.718,17	-283.515.675,88
Legislativo			
Judiciário			
Essencial a Justiça			
Administração			
Defesa nacional			
Segurança Pública			
Relações Exteriores			
Assistência Social			
Previdência Social	-46.595.967,99	-38.431.147,02	-33.892.622,89
Saúde	-642.550,64	-141.182,28	
Trabalho			
Educação	-330.783.813,51	-288.966.027,86	-248.833.088,88
Cultura	-560.033,87	-176.580,42	-559.753,81
Direitos da Cidadania		-241.760,59	-229.544,96
Urbanismo	-137.438,95		
Habitação			
Saneamento			
Gestão Ambiental	-20.079,16		
Ciência e Tecnologia			
Agricultura			
Organização Agrária		-7.020,00	
Indústria			
Energia			
Transporte			
Desporto e Lazer			
Encargos Especiais			
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento			-665,34
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna			
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa			
Outros Encargos da Dívida			
Transferências Concedidas	-53.998.306,42	-44.397.244,22	-37.876.901,16
Intergovernamentais	0,00		0,00
A Estados e Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais	-53.969.636,42	-44.359.776,22	-37.814.642,16
Outras Transferências Concedidas	-28.670,00	-37.468,00	-62.259,00
Outros Desembolsos das Operações	-37.817.322,32	-41.510.217,71	-35.944.720,78
Dispendios Extraorçamentários	-652.809,27	-1.225.867,05	-972.828,66
Transferências Financeiras Concedidas	-37.164.513,05	-40.277.066,11	-34.971.892,12
Demais Pagamentos		-7.284,55	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.318.542,90	-15.155.501,44	-14.386.122,07
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Outros Ingressos de Investimentos			
DESEMBOLSOS	-13.318.542,90	-15.155.501,44	-14.386.122,07
Aquisição de Ativo Não Circulante	-13.269.602,90	-15.040.041,98	-14.304.405,60
Concessão de Empréstimos e Financiamentos			
Outros Desembolsos de Investimentos	-48.940,00	-115.459,46	-81.716,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00
INGRESSOS	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito			
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais			
Transferências de Capital Recebidas			
Intergovernamentais			
A Estados e Distrito Federal			
A Municípios			
Intragovernamentais			
Outras Transferências de Capital Recebidas			
Outros Ingressos de Financiamento			
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida			
Outros Desembolsos de Financiamento			
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO			
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	-911.643,87	1.844.739,43	-33.094,16
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	4.880.236,14	3.035.496,71	3.068.590,87
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.968.592,27	4.880.236,14	3.035.496,71

Fonte: Adaptado das DFC's 2015, 2016 e 2017 do IFG.